

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Festejo de Nossa Senhora da Serra", realizado na primeira quinzena de agosto de cada ano, no Santuário de Nossa Senhora da Serra, entre os Municípios de São João do Paraíso, Distrito de Vão do Marco e Sítio Novo, como Evento Oficial do Calendário Cultural e Turístico Religioso do Estado do Maranhão.

Art. 2º A presente lei, tem por finalidade viabilizar o apoio orçamentário e financeiro dos órgãos de cultura, turismo, inclusive religioso, e outros órgãos do Estado do Maranhão junto aos organizadores do evento visando à promoção e manutenção dessa tradição religiosa, turística e social, e fomentar, de uma maneira muito ampla, a preocupação em relação à ordem suprema das coisas, a importância da religião, da arte e dos costumes do Povo para uma vida feliz e próspera.

Art. 3º O Festejo de Nossa Senhora da Serra, de que trata esta Lei, passa a integrar o Calendário Cultural e Turístico do Estado do Maranhão para todos os efeitos legais e institucionais.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 10.771, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o reconhecimento do "Festejo de Nossa Senhora de Nazaré" como Evento Oficial do Calendário Cultural e Turístico do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido o "Festejo de Nossa Senhora de Nazaré", realizado entre os dias 30 de agosto a 8 de setembro de cada ano, no Município de Riachão, como Evento Oficial do Calendário Cultural, Turístico e Religioso do Estado do Maranhão.

Art. 2º A presente lei tem por finalidade reconhecer oficialmente e incluir no Calendário Cultural, Turístico e Religioso do Estado do Maranhão, além de viabilizar o apoio orçamentário e financeiro dos órgãos de cultura, turismo, inclusive religioso, e outros órgãos do Estado do Maranhão junto aos organizadores do evento, visando à promoção e manutenção dessa tradição religiosa, turística e social, e fomentar, de uma maneira muito ampla, a preocupação em relação à ordem suprema das coisas, a importância da religião, da arte e dos costumes do Povo para uma vida feliz e próspera.

Art. 3º O Festejo de Nossa Senhora de Nazaré, de que trata esta Lei, passa a integrar o Calendário Cultural, Turístico e Religioso do Estado do Maranhão para todos os efeitos legais e fins institucionais.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 10.772, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constantes do Anexo IV, da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007 e dos Anexos I e II da Lei nº 8.727, de 7 de dezembro de 2007.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A tabela de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constante do Anexo IV da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º As tabelas de vencimentos dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário do Maranhão constantes dos Anexos I e II da Lei nº 8.727, de 07 de dezembro de 2007, passam a vigorar na forma dos Anexos II e III desta Lei.

Art. 3º A implantação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e das normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º As despesas para consecução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista para o orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário de Estado da Casa Civil



ANEXO I

(Anexo IV da Lei n.º 8.715, de 19 de novembro de 2007)

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
ANALISTA JUDICIÁRIO	C	15	11.857,29
		14	11.568,08
		13	11.285,95
		12	11.010,67
		11	10.742,09
	B	10	10.378,85
		9	10.125,71
		8	9.878,75
		7	9.637,79
		6	9.402,72
	A	5	9.084,75
		4	8.863,16
		3	8.647,01
		2	8.436,10
		1	8.230,35
OFICIAL DE JUSTIÇA	C	15	9.917,43
		14	9.675,55
		13	9.439,56
		12	9.209,33
		11	8.984,73
	B	10	8.680,88
		9	8.469,14
		8	8.262,60
		7	8.061,06
		6	7.864,43
	A	5	7.598,52
		4	7.413,17
		3	7.232,37
		2	7.055,96
		1	6.883,85
COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	C	15	6.609,62
		14	6.448,44
		13	6.291,14
		12	6.137,71
		11	5.988,05
COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	B	10	5.785,51
		9	5.644,39
		8	5.506,73
		7	5.372,45
		6	5.241,40
	A	5	5.064,15
		4	4.940,62
		3	4.820,11
		2	4.702,57
		1	4.587,87
TÉCNICO JUDICIÁRIO	C	15	5.658,59
		14	5.520,55
		13	5.385,92
		12	5.254,56
		11	5.126,40
	B	10	4.953,03
		9	4.832,22
		8	4.714,38
		7	4.599,39
		6	4.487,19
	A	5	4.335,47
		4	4.229,72
		3	4.126,54
		2	4.025,90
		1	3.927,72

AUXILIAR JUDICIÁRIO	C	15	4.331,22
		14	4.225,62
		13	4.122,53
		12	4.021,98
		11	3.923,89
	B	10	3.791,17
		9	3.698,70
		8	3.608,49
		7	3.520,49
		6	3.434,61
AUXILIAR DE SERVIÇO OPERACIONAL	A	5	3.318,48
		4	3.237,52
		3	3.158,58
		2	3.081,52
		1	3.006,37
	C	15	2.733,69
		14	2.666,99
		13	2.601,94
		12	2.538,48
		11	2.476,56
	B	10	2.392,81
		9	2.334,45
		8	2.277,50
		7	2.221,96
		6	2.167,77
	A	5	2.094,44
		4	2.043,38
		3	1.993,54
		2	1.944,93
		1	1.897,47

ANEXO II

(Anexo I da Lei n.º 8.727, de 07 de dezembro de 2007)

CORRELAÇÃO E QUANTITATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO

SIMBOLOGIA	QUANTIDADE	VENCIMENTO EM R\$
CNES	1	22.794,11
CDGA	180	20.170,57
CDAS-1	9	14.799,69
CDAS-2	133	12.407,49
CDAS-3	90	10.575,29
CDAS-4	94	9.737,30
CDAS-5	372	8.992,65
CDAI-1	339	6.636,93
CDAI-2	55	5.111,10
CDAI-3	101	3.325,55

ANEXO III

(Anexo II da Lei n.º 8.727, de 07 de dezembro de 2007)

SIMBOLOGIA	QUANTIDADE	VENCIMENTO EM R\$
FG-4	10	2.625,00
FG-3	50	2.466,23
FG-2	50	1.644,15
FG-1	87	1.027,57

LEI Nº 10.773, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui a Gratificação Especial de Controle Interno aos ocupantes de cargos de Auditor e Assistente de Auditor, transforma cargos, altera a Lei nº 10.204, de 23 de fevereiro de 2015, e dá outras providências.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO



ANO XCVII Nº 248 SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2003 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão ...	19
Gerência de Estado de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo	23
Gerência de Estado de Qualidade de Vida	23
Gerência de Estado de Infra-Estrutura	23
Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Do Médio Mearim	24

PODER EXECUTIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 065 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a reestruturação da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão, da carreira de Procurador do Estado, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O art. 91 da Lei Complementar nº 20/94 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 91 Os honorários de sucumbência das ações e os honorários decorrentes de acordos administrativos serão destinados aos Procuradores do Estado em atividade e depositados em nome da Procuradoria-Geral do Estado, em conta específica aberta em instituição financeira oficial, para rateio isonômico entre os integrantes da carreira, vedada a percepção àqueles que não desempenhem as atribuições previstas no art. 132 da Constituição Federal.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se ao inativo até o segundo ano da aposentadoria, desde que, nos doze meses anteriores à inatividade, tenha exercido suas atribuições inerentes ao cargo.

§ 2º Não se aplica o disposto no **caput** deste artigo às seguintes situações:

- licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;
 - licença ou afastamento para tratar de interesses particulares;
 - afastamento como estudante, em incentivo à sua formação profissional;
 - afastamento para realizar missão ou estudo em outro ponto do território nacional e no exterior;
 - afastamento para participar de curso de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento no Estado ou outro ponto do território nacional e no exterior;
 - afastamento para exercer mandato eletivo;
 - afastamento para exercer qualquer cargo ou função fora do âmbito da Procuradoria-Geral do Estado.
- § 3º A forma e o período do rateio será regulamentada por portaria do Procurador-Geral do Estado.” (NR)

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei Complementar ficarão por conta do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei Complementar pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 03 DE DEZEMBRO DE 2003, 182º DA INDEPENDÊNCIA E 115º DA REPÚBLICA.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Governador do Estado do Maranhão

CARLOS ORLEANS BRANDÃO JÚNIOR
Chefe da Casa Civil

LEI Nº 8.032 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003

Reestrutura a administração dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário e institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 1º- A administração dos serviços auxiliares do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão fica reestruturada nos termos da presente Lei e compreende:

I - Plenário:

- Secretaria do Plenário;
- Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais;
 - Secretaria do Conselho.
- Conselho de Administração e Supervisão do Fundo de Modernização e Reparcelamento do Judiciário;
 - Secretaria do Conselho.

II - Presidência:

- Gabinete do Presidente:
 - Coordenadoria da Biblioteca;
 - Divisão de Acervo;
 - Divisão de Legislação e Pesquisa.

2. Divisão do Telejudiciário.

- b) Assessoria Jurídica da Presidência;
- c) Assessoria de Comunicação da Presidência;
- d) Gabinete Militar;
- e) Auditoria;
- f) Cerimonial; e
- g) Coordenadoria de Atividades Especiais.

III - Vice-Presidência:

- a) Gabinete do Vice-Presidente;
- b) Coordenadoria de Distribuição.

IV - Corregedoria-Geral da Justiça:

- a) Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça;
- b) Juízes Corregedores;

1. Coordenadoria de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juízes de Direito:

- 1.1 Divisão dos Juizes Vitalícios;
- 1.2 Divisão dos Juizes em Estágio Probatório;
- 1.3 Divisão de Estatística

2. Coordenadoria de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias:

- 2.1 Divisão das Serventias Judiciais;
- 2.2 Divisão das Serventias Extrajudiciais.
- c) Assessoria Especial;
- d) Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça:

1. Gabinete do Diretor da Corregedoria-Geral;

2. Coordenadoria de Administração:

- 2.1 Divisão de Material e Patrimônio;
- 2.2 Divisão de Pessoal.

3. Coordenadoria de Finanças e Planejamento;

4. Coordenadoria de Administração de Fóruns.

V - Gabinetes dos Desembargadores:

- a) Secretaria;
- b) Assessoria.

VI - Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça:

- a) Gabinete do Diretor-Geral;
- b) Diretoria Judiciária:
- 1. Coordenadoria de Protocolo e Autuação;
- 2. Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas;
- 3. Coordenadoria das Câmaras Criminais Isoladas;
- 4. Coordenadoria do Plenário, das Câmaras Reunidas e da Câmara de Férias;

5. Coordenadoria de Recursos Constitucionais:

- 5.1 Divisão de Recursos para o STJ;
- 5.2 Divisão de Recursos para o STF.

6. Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações:

- 6.1 Divisão de Jurisprudência;
- 6.2 Divisão de Estatística e Publicações.

c) Diretoria Financeira:

- 1. Coordenadoria de Orçamento;
- 2. Coordenadoria de Finanças;
- 3. Coordenadoria de Contabilidade;

4. Coordenadoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário:

- 4.1 Divisão de Arrecadação;
- 4.2 Divisão de Fiscalização.

d) Diretoria Administrativa:

1. Coordenadoria de Recursos Humanos:

- 1.1 Divisão de Folha de Pagamento;
- 1.2 Divisão de Atendimento aos Magistrados;
- 1.3 Divisão de Cadastro;
- 1.4 Divisão de Direitos e Deveres;
- 1.5 Divisão de Treinamento e Avaliação;

2. Coordenadoria de Material e Patrimônio:

2.1 Divisão de Administração Patrimonial;

2.2 Divisão de Administração de Material;

2.3 Divisão de Licitações e Contratos;

3. Coordenadoria de Apoio Administrativo:

3.1 Divisão de Protocolo e Arquivo;

3.2 Divisão de Serviços Gerais;

3.3 Divisão de Transportes.

4. Coordenadoria de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial:

4.1 Divisão Médica;

4.2 Divisão Odontológica;

4.3 Divisão Psicossocial.

5. Coordenadoria de Engenharia, Obras e Serviços:

5.1 Divisão de Engenharia;

5.2 Divisão de Serviços e Obras.

6. Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos:

6.1 Divisão de Controle do Acervo;

6.2 Divisão de Restauração e Manutenção dos Documentos Históricos.

e) Diretoria de Informática e Automação:

1. Coordenadoria de Desenvolvimento e Análise de Sistemas:

1.1 Divisão de Desenvolvimento e Suporte;

1.2 Divisão de Análise de Sistemas.

2. Coordenadoria de Organização e Métodos e Administração da Rede:

2.1 Divisão de Organização e Métodos;

2.2 Divisão de Administração da Rede.

3. Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos;

4. Coordenadoria de Atendimento ao Usuário.

Art. 2º- A estrutura da administração dos serviços auxiliares da Justiça de 1º Grau são os disciplinados no Código de Divisão e Organização Judiciárias.

Parágrafo único. As secretarias das diretorias dos fóruns das comarcas de São Luís, Imperatriz, Bacabal e Caxias têm a seguinte estrutura:

I - Secretaria da Diretoria do Fórum da Comarca de São Luís:

a) Coordenadoria Administrativa

1. Divisão de Material e Patrimônio;

2. Divisão de Serviços Gerais;

3. Divisão Médica e Odontológica;

4. Divisão de Serviço Social;

5. Divisão de Informática;

6. Biblioteca;

7. Arquivo;

8. Laboratório de Biologia Molecular.

9.

II - Secretaria da Diretoria do Fórum da Comarca de Imperatriz:

a) Coordenadoria Administrativa:

1. Divisão de Material, Patrimônio e Serviços Gerais;

2. Divisão de Informática.

III - Secretaria da Diretoria dos Fóruns das Comarcas de Bacabal e Caxias:

a) Secretaria do Fórum da Comarca de Bacabal;

b) Secretaria do Fórum da Comarca de Caxias.

Art. 3º- As atribuições das estruturas administrativas previstas nos artigos anteriores e as atribuições dos cargos de provimento efetivo, de provimento em comissão e funções gratificadas, constantes dos anexos desta Lei serão definidas pelo Tribunal de Justiça por meio de resolução.

§ 1º O- Tribunal poderá repartir as divisões em seções e distribuir as atuais funções gratificadas do Poder Judiciário e as criadas por esta Lei, conforme a necessidade do serviço.



§ 2º - O Tribunal, por maioria absoluta de seus membros, poderá, por meio de resolução, alterar as estruturas definidas nos artigos anteriores, desde que não haja aumento de despesa ou criação de cargos.

Art. 4º - Aos servidores do Poder Judiciário aplica-se, subsidiariamente, no que couber, o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 5º - Integram o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Pessoal do Poder Judiciário:

- I - Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça;
- II - Quadro de Pessoal da Justiça de 1º Grau; e
- III - Quadro de Vencimentos.

Art. 6º - Os servidores do Poder Judiciário integram os seguintes quadros:

I – Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça: os servidores do Plenário, da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral da Justiça, dos Gabinetes dos Desembargadores e da Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça; e

II – Quadro de Pessoal da Justiça de 1º Grau: os servidores das Secretarias Judiciais e das Secretarias de Diretoria dos Fóruns.

§ 1º - A remoção de servidor entre os quadros de pessoal do Poder Judiciário somente poderá acontecer por resolução do Tribunal de Justiça.

§ 2º - O servidor de carreira só poderá ser lotado em gabinete de desembargador para exercer cargo em comissão.

Art. 7º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - conjunto de normas e procedimentos que regulam a vida funcional e a remuneração do servidor;

II - Quadro de Pessoal - conjunto de cargos de provimento efetivo, de provimento em comissão e de funções gratificadas;

III - Grupo Ocupacional - conjunto de cargos agrupados segundo a natureza do trabalho, escolaridade, qualificação, atribuições e graus de complexidade e responsabilidade;

IV - Cargo de Provimento Efetivo - conjunto de atividades e responsabilidades definidas com base na estrutura organizacional do Poder Judiciário, cuja investidura se dá mediante concurso público;

V - Cargo de Provimento em Comissão - conjunto de atividades e responsabilidades definidas com base na estrutura organizacional do Poder Judiciário, de livre nomeação e exoneração;

VI - Função Gratificada – conjunto de atividades e responsabilidades definidas com base na estrutura organizacional do Poder Judiciário, conferidas a servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, de livre designação e destituição;

VII - Progressão Funcional - deslocamento funcional de servidor, entre referências e níveis, por promoção no mesmo cargo;

VIII - Referência - graduação ascendente, existente em cada nível, determinante da progressão funcional horizontal;

IX - Nível - graduação ascendente, existente em cada grupo ocupacional, determinante da progressão funcional vertical;

X - Quadro de Vencimento - conjunto de coeficientes que, aplicados sobre o vencimento do nível/referência 1-A definido nesta Lei, determina o vencimento do servidor;

XI - Lotação – comarca onde o servidor do quadro da Justiça de 1º Grau tem estabelecido o seu setor;

XII - Setor – parte da estrutura onde o servidor desempenha suas funções.

Seção II

Da Composição dos Quadros de Pessoal

Art. 8º - Os Quadros de Pessoal de que trata esta Lei compõem-se de:

I - Cargos de provimento efetivo, compreendendo:

- a) Atividades de Nível Superior - ANS;
- b) Atividades de Nível Médio - ANM;
- c) Serviços Auxiliares - SAU.
- d) Atividades de Oficial de Justiça – OFJ.

II - Cargos de provimento em comissão; e

III - Funções gratificadas.

Art. 9º - Os cargos de provimento efetivo estão classificados e inseridos nos seguintes Grupos Ocupacionais:

I - Atividades de Nível Superior - ANS: cargos de provimento efetivo, para cujo desempenho é exigido diploma de curso superior, conforme disposto nos anexos I e V;

II - Atividades de Nível Médio - ANM: cargos de provimento efetivo, para cujo desempenho é exigido certificado de conclusão de curso do ensino médio, conforme disposto nos anexos II e VI;

III - Serviços Auxiliares - SAU: cargos de provimento efetivo, para cujo desempenho é exigido certificado de conclusão do ensino fundamental, conforme disposto nos anexos III e VII;

IV - Serviços de Oficial de Justiça – OFJ: cargos de provimento efetivo, para cujo desempenho é exigido certificado da conclusão de curso do ensino médio, conforme disposto nos anexos IV e VIII.

Art. 10 - Os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas são os já existentes no Poder Judiciário e mais os criados por esta Lei, dispostos nos anexos IX, X e XI.

Seção III

Da Carreira Funcional

Art. 11 - A carreira funcional de que trata a presente Lei fica estruturada conforme estabelecem os anexos I a VIII.

Art. 12 - O ingresso na carreira dar-se-á no nível e referência iniciais do cargo para o qual o servidor prestou concurso público.

Art. 13 - Os atuais servidores do Poder Judiciário, efetivos ou estáveis, nomeados antes de 5 de outubro de 1988, serão enquadrados nos cargos constantes dos anexos I a VIII, por transposição, por ato do presidente do Tribunal de Justiça, respeitados o cargo de origem e a antiguidade.

Art. 14 - A progressão funcional consiste na movimentação do servidor para referência ou nível superior da carreira a que pertença.

Parágrafo único. A progressão funcional, horizontal ou vertical, ocorrerá por meio de promoção por tempo de serviço, por merecimento e por aperfeiçoamento.

Art. 15 - A progressão horizontal, mediante promoção por tempo de serviço, dar-se-á com a movimentação do servidor de uma referência para a imediatamente superior, no mesmo nível, a cada dois anos de efetivo exercício.

Parágrafo único. Decorrido um ano da progressão a que se refere este artigo, o servidor poderá ainda ser promovido por merecimento, obedecidos os critérios de avaliação definidos por resolução do Tribunal de Justiça.

Art. 16 - A progressão vertical dar-se-á com a movimentação do servidor da última referência de um nível para a primeira referência do nível imediatamente superior do mesmo cargo, em igual prazo e condições estabelecidos no artigo anterior.

Art. 17 - A progressão funcional, horizontal e/ou vertical, mediante promoção por aperfeiçoamento, dar-se-á com a movimentação do servidor de uma para outra referência do mesmo cargo, a cada três anos de efetivo exercício, nos termos definidos por resolução do Tribunal de Justiça.

Art. 18 - Para efeito de progressão funcional não será considerado como de efetivo exercício no cargo o tempo relativo a:

I - licença para tratamento de interesses particulares;

II - faltas injustificadas;

III - suspensão disciplinar;

IV - prisão decorrente de decisão judicial;

V - licença para tratamento de saúde que, isolada ou cumulativamente, compreenda período superior a um ano.

Art. 19. É vedada a progressão funcional de servidor que se encontre em estágio probatório.

Seção IV

Dos Vencimentos e da Remuneração

Art. 20 - O Quadro de Vencimentos, estabelecido no Anexo XII desta Lei, é constituído de coeficientes, dispostos em oito níveis verticais e nove referências horizontais por nível.

§ 1º - O valor do vencimento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo é estabelecido pela multiplicação do coeficiente do respectivo nível/referência pelo vencimento correspondente ao nível 1A, definido no art. 21 desta Lei.

§ 2º - O valor do vencimento dos cargos comissionados é o estabelecido no Poder Executivo para os cargos com a respectiva simbologia, salvo os relacionados no anexo X, que, assim como o valor das funções gratificadas do anexo XI, é estabelecido pela multiplicação dos coeficientes constantes nos respectivos anexos pelo vencimento correspondente ao nível 1A, definido no art. 21 desta Lei.

Art. 21 - Para efeito do disposto nesta Lei, o vencimento do nível/referência 1-A do anexo XII corresponde ao valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais).

Art. 22 - O adicional por tempo de serviço é devido à razão de cinco por cento a cada cinco anos de real exercício no serviço público no Poder Judiciário, contínuos ou não, incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, até o limite de trinta e cinco por cento.

Art. 23 - A Gratificação Judiciária é aplicada sobre o Quadro de Vencimento criado nesta Lei, à razão de trinta por cento a cem por cento.

Parágrafo único. Somente ao servidor com cargo horário semanal de quarenta horas será atribuído percentual igual ou superior a sessenta por cento.

Art. 24 - A remuneração dos servidores do Poder Judiciário é formada pelo vencimento do cargo; pelo adicional por tempo de serviço; pela gratificação judiciária; pela função gratificada, quando designado, e por outros direitos legalmente previstos.

§ 1º - Ao diretor-geral do Tribunal de Justiça ficam asseguradas vantagens iguais às de secretário ou gerente de Estado; e ao subdiretor-geral, a representação da simbologia ISO I.

§ 2º - O servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de oficial de justiça, quando no exercício de suas funções, tem direito a verba de representação equivalente a uma vez e meia do coeficiente do nível inicial da sua carreira.

§ 3º - O servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de oficial de justiça, quando no exercício de suas funções, poderá receber auxílio- transporte, nos termos de resolução do Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 25 - Compete ao Tribunal de Justiça prover os cargos dos quadros de pessoal dos serviços auxiliares do Poder Judiciário, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, nomeando-os na ordem de classificação, ressalvados os cargos em comissão.

Art. 26 - Os servidores do Poder Judiciário adquirem a estabilidade depois de três anos de efetivo exercício e mediante avaliação procedida por comissão designada pelo presidente do Tribunal.

Art. 27 - Ao servidor estável ou efetivo que, em decorrência do enquadramento previsto nesta Lei, sofrer redução de seu vencimento básico mensal, fica assegurada a percepção da diferença como vantagem pessoal nominalmente identificável, sobre a qual incidirão apenas os percentuais de reajuste atribuído ao seu vencimento básico.

Art. 28 - O Tribunal de Justiça, no prazo de noventa dias a contar da publicação desta Lei, baixará a resolução a que se refere o art. 3º.

Art. 29 - A implantação da Estrutura da Administração dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, prevista nesta Lei, se dará de forma gradativa, por resolução do Tribunal de Justiça.

§ 1º - A resolução fixará, respeitado o número de cargos criados nesta Lei, a quantidade de cargos por comarcas, varas e juizados especiais e as respectivas lotação e distribuição de vagas para cada especialidade ou habilitação de cada cargo.

§ 2º - A nova estrutura de que trata a presente Lei deverá estar efetivada até 31 de dezembro de 2005, data na qual quaisquer contratos remanescentes de prestação de serviços feitos após a promulgação da Constituição de 1988 estarão automaticamente rescindidos.

Art. 30 - Os atuais ocupantes de cargo de provimento efetivo deverão requerer, até 31 de julho de 2004, seu enquadramento na forma do disposto no art. 13 desta Lei.

§ 1º - Em não sendo requerido, nos termos do *caput* deste artigo, o enquadramento será feito *ex-officio*.

§ 2º - Os cargos de provimento efetivo da atual Estrutura de Administração dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça ficam extintos ao vagar.

Art. 31 - Com a implantação da nova estrutura ficam extintos os cargos em comissão relacionados no anexo XIII.

Parágrafo único. O cargo de secretário de comunicação social fica transformado em assessor de comunicação da presidência, e o cargo de subsecretário de comunicação social, em assessor de comunicação do corregedor-geral, ambos permanecendo com a respectiva simbologia.

Art. 32 - Para cada nomeação para provimento de cargo efetivo criado por esta Lei haverá a rescisão de, no mínimo, um contrato temporário de prestação de serviço.



Art. 33 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 34- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 10 DE DEZEMBRO DE 2003, 182º DA INDEPENDÊNCIA E 115º DA REPÚBLICA.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Governador do Estado do Maranhão

CARLOS ORLEANS BRANDÃO JÚNIOR
Chefe da Casa Civil

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GRUPO OCUPACIONAL I ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

CARGO	ANALISTA JUDICIÁRIO - A
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	5-A
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	8-I
QUANTIDADE	50
REQUISITOS	Graduação em Direito
CARGO	ANALISTA JUDICIÁRIO – B
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	4-A
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	7-I
QUANTIDADE	70
REQUISITOS	Graduação em nível superior e registro no respectivo Órgão (Conselho) de Classe como Administrador, bacharel em Ciências da Computação, Arquiteto, Contador, Economista, Engenheiro, Jornalista, Odontólogo, Médico ou Psicólogo
CARGO	ANALISTA JUDICIÁRIO – C
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	3-E
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	7-D
QUANTIDADE	25
REQUISITOS	Graduação em nível superior e registro no respectivo Órgão (Conselho) de Classe como Assistente Social, Bibliotecário, Biólogo, Bioquímico, Enfermeiro, Estatístico, Farmacêutico, Geógrafo, Matemático, Museólogo, Pedagogo ou Licenciado em Letras.
TOTAL	145

ANEXO II

PODER JUDICIÁRIO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GRUPO OCUPACIONAL II ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO – ANM

CARGO	TÉCNICO JUDICIÁRIO - A
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	3-A
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	6-I

QUANTIDADE	30
REQUISITOS	Nível Médio completo, profissionalizante correspondente e registro no Órgão (Conselho) de Classe respectivo
CARGO	TÉCNICO JUDICIÁRIO – B
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	2-E
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	6-D
QUANTIDADE	150
REQUISITOS	Nível Médio completo
TOTAL	180

ANEXO III
PODER JUDICIÁRIO
QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GRUPO OCUPACIONAL III
SERVIÇOS AUXILIARES

CARGO	AUXILIAR JUDICIÁRIO
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	1-A
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	4-I
QUANTIDADE	150
REQUISITOS	Ensino Fundamental completo.
CARGO	MOTORISTA
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	2-A
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	5-I
QUANTIDADE	30
REQUISITOS	Ensino Fundamental completo
CARGO	TELEFONISTA
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	1-E
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	5-D
QUANTIDADE	20
REQUISITOS	Ensino Fundamental completo e laudo de aptidão de fonoaudiólogo
TOTAL	200

ANEXO IV
PODER JUDICIÁRIO
QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GRUPO OCUPACIONAL IV
ATIVIDADES DE OFICIAL DE JUSTIÇA – OFJ

CARGO	OFICIAL DE JUSTIÇA – A
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	3-E



NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	7-D
QUANTIDADE	15
REQUISITOS	Ensino Médio completo
TOTAL	15

ANEXO V
PODER JUDICIÁRIO
QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

GRUPO OCUPACIONAL I
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

CARGO	ANALISTA JUDICIÁRIO – A
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	5-A
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	8-I
QUANTIDADE	60 na quarta entrância 20 na terceira entrância
REQUISITOS	Graduação em Direito
CARGO	ANALISTA JUDICIÁRIO – B
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	4-A
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	7-I
QUANTIDADE	20 na quarta entrância 10 na terceira entrância
REQUISITOS	Graduação em nível superior e registro no respectivo Órgão (Conselho) de Classe como Administrador, Analista de Sistemas, Arquiteto, Contador, Economista, Engenheiro, Jornalista, Odontólogo, Médico ou Psicólogo
CARGO	ANALISTA JUDICIÁRIO – C
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	3-E
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	7-D
QUANTIDADE	15 na quarta entrância 05 na terceira entrância
REQUISITOS	Graduação em nível superior e registro no respectivo Órgão (Conselho) de Classe como Assistente Social, Bibliotecário, Biólogo, Bioquímico, Enfermeiro, Estatístico, Farmacêutico, Geógrafo, Matemático, Museólogo, Pedagogo ou Licenciado em Letras.
TOTAL	130

ANEXO VI
PODER JUDICIÁRIO
QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

GRUPO OCUPACIONAL II
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO – ANM

CARGO	TÉCNICO JUDICIÁRIO – B
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	2-E

NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	6-D
QUANTIDADE	200 na quarta entrância 200 na terceira entrância 80 na segunda entrância 170 na primeira entrância
REQUISITOS	Nível Médio completo
CARGO	COMISSÁRIO DE MENORES
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	3-E
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	7-D
QUANTIDADE	25 na quarta entrância 20 na terceira entrância
REQUISITOS	Nível Médio completo
TOTAL	695

ANEXO VII
PODER JUDICIÁRIO
QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

GRUPO OCUPACIONAL III
SERVIÇOS AUXILIARES

CARGO	AUXILIAR JUDICIÁRIO
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	1-A
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	4-I
QUANTIDADE	150 na quarta entrância 150 na terceira entrância 80 na segunda entrância 170 na primeira entrância
REQUISITOS	Ensino Fundamental completo.
CARGO	TELEFONISTA
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	1-E
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	5-D
QUANTIDADE	5 na quarta entrância 10 na terceira entrância
REQUISITOS	Ensino Fundamental completo e laudo de aptidão fornecido por fonoaudiólogo
TOTAL	565

ANEXO VIII
PODER JUDICIÁRIO
QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

GRUPO OCUPACIONAL IV -
ATIVIDADES DE OFICIAL DE JUSTIÇA – OFJ

CARGO	OFICIAL DE JUSTIÇA – A
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	3-E



NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	7-D
QUANTIDADE	110
REQUISITOS	Ensino Médio completo
ATUAÇÃO	Comarca de 4ª Entrância
CARGO	OFICIAL DE JUSTIÇA – B
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	3-A
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	6-I
QUANTIDADE	100
REQUISITOS	Nível Médio completo
ATUAÇÃO	Comarca de 3ª Entrância
CARGO	OFICIAL DE JUSTIÇA – C
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	2-E
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	6-D
QUANTIDADE	56
REQUISITOS	Nível Médio completo
ATUAÇÃO	Comarca de 2ª Entrância
CARGO	OFICIAL DE JUSTIÇA – D
NÍVEL E REFERÊNCIA INICIAL	2-C
NÍVEL E REFERÊNCIA FINAL	6-B
QUANTIDADE	128
REQUISITOS	Nível Médio completo
ATUAÇÃO	Comarca de 1ª Entrância
TOTAL	394

ANEXO IX
PODER JUDICIÁRIO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CARGO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Assessor da Corregedoria	DANS 1	4
Assessor de Informática	DGA	40
Assessor de Informática da Corregedoria	ISO II	1
Assessor de Relações Públicas	DANS 1	1
Assessor do Diretor-Geral	DGA	1
Assessor Jurídico da Presidência	DANS 1	7
Assessor Técnico da Presidência	ISO I	2
Assessor Técnico de Desembargador	ISO I	20
Assistente de Gabinete de Desembargador	DAÍ 1	40
Auditor	DANS 1	3
Auxiliar de Serviços Gerais de Gabinete	DAÍ 1	40
Chefe da Assessoria da Corregedoria	ISO II	1
Chefe da Auditoria	ISO II	1
Chefe de Divisão	DANS 3	10
Chefe de Gabinete da Vice-Presidência	ISO II	1
Chefe do Gabinete Militar	ISO II	1
Coordenador	DGA	16
Diretor	ISO I	4
Motorista	DAÍ 1	20
Oficial de Gabinete da Presidência	DANS 1	3
Oficial de Gabinete de Desembargador	DANS 1	40



Oficial de Gabinete do Corregedor	DANS 1	2
Oficial de Gabinete do Vice-Presidente	DANS 1	2
Secretário de Conselho	DANS 1	2
Secretário Executivo da Presidência	DANS 3	2
Secretário Executivo de Desembargador	DANS 3	20
Subchefe de Gabinete da Presidência	DANS 1	1
TOTAL		285

**ANEXO X
PODER JUDICIÁRIA**

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

CARGOS	QUANTIDADE	COEFICIENTE
Secretário Judicial A – quarta entrância	58	10.50
Secretário Judicial B – terceira entrância	60	7.60
Secretário Judicial C – segunda entrância	28	5.60
Secretário Judicial D – primeira entrância	64	4.40
Secretário de Diretoria de Fórum A – 4ª entrância	01	10.50
Secretário de Diretoria de Fórum B – 3ª entrância	3	7.60
Assessor de Juiz A – quarta entrância	68	3.50
Assessor de Juiz B - terceira entrância	50	2.50
Total	332	

**ANEXO XI
PODER JUDICIÁRIO**

FUNÇÕES GRATIFICADAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

FUNÇÕES GRATIFICADAS	QUANTIDADE	COEFICIENTE
Secretário de Câmara Isolada	6	5,00
Secretário de Câmaras Reunidas	2	5.00
Secretário de Juiz Corregedor	4	2.50
Secretário de Diretor	4	1,50
Secretário de Coordenador	27	1,00
Supervisor de Seção	25	1,00
Total	68	

**ANEXO XII
PODER JUDICIÁRIO**

QUADRO DE VENCIMENTO

REFERÊNCIAS	A	B	C	D	E	F	G	H	I
NÍVEIS									
1	1,00	1,03	1,06	1,09	1,13	1,16	1,19	1,23	1,25
2	1,29	1,32	1,36	1,40	1,43	1,47	1,50	1,53	1,57
3	1,60	1,65	1,70	1,75	1,80	1,85	1,90	1,95	2,00
4	2,05	2,10	2,15	2,20	2,25	2,30	2,35	2,40	2,45
5	2,50	2,55	2,60	2,65	2,70	2,75	2,80	2,85	2,90
6	2,95	3,00	3,05	3,10	3,15	3,20	3,25	3,30	3,35
7	3,40	3,45	3,50	3,55	3,60	3,65	3,70	3,75	3,80
8	3,85	3,90	3,95	4,00	4,20	4,40	4,60	4,80	5,00

ANEXO XIII
PODER JUDICIÁRIO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO EXTINTOS

CARGO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Secretário de Juizado	DANS 1	10
Secretário de Câmaras Reunidas	DANS 1	6
Assessor de Juiz de 4ª Entrância	DAS 1	34
Assessor de Comunicação Social	DAS 1	6
Diretor de Departamento	ISO 1	4
Diretor de Informática da Corregedoria	DANS 1	2
Diretor Administrativo do Fórum da Capital	DANS 1	1
Chefe de Divisão do Fórum da Capital	DANS 3	5
Secretária Executiva do Corregedor	DAS 3	1
Diretor Administrativo do Fórum de Imperatriz	DANS 1	1
Chefe da Central de Mandados	DAS 1	1
Secretário da Câmara Recursal	DANS 1	1
Secretário Executivo de Departamento	DAS 2	3
Secretário Executivo de Recursos Humanos	DAS 2	1
Diretor do Setorial de Estatística	DAS 2	1
Diretor do Setorial de Recursos Extraordinários	DAS 2	1
Diretor de Estatística da Corregedoria	DANS 1	1
Chefe de Operação da Corregedoria	DAS 2	1
Chefe de Programação da Corregedoria	DAS 2	2
Diretor do Setorial Odontológico	DANS 3	1
Diretor Setorial de Sentenças Monocráticas	DAS 2	1
TOTAL		84

LEI Nº 8.033 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003

Altera dispositivos da Lei nº 7.934, de 14 de julho de 2003, que dispõe sobre a criação da Universidade Virtual do Estado do Maranhão – UNIVIMA, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 6º e 7º, da Lei nº 7.934, de 14 de julho de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A estrutura da Universidade Virtual do Estado do Maranhão - UNIVIMA será integrada pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Universitário;

II - Conselho Acadêmico;

III - Conselho Administrativo;

IV - Reitoria;

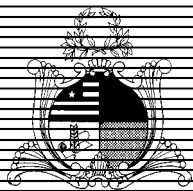
V - Unidade Acadêmica;

VI - Subunidade Acadêmica;

VII - Pró-Reitoria de Ensino;

VIII - Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica;

IX - Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão”. (NR).



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CI Nº 087 SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE MAIO DE 2007 EDIÇÃO DE HOJE: 30 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	15
Secretaria de Estado da Indústria e Comércio	15
Secretaria de Estado da Fazenda	17
Secretaria de Estado da Saúde	26
Secretaria de Estado da Educação	27
Secretaria de Estado da Cultura	27
Secretaria de Estado da Segurança Cidadã	27

Esta edição publica em suplemento o Balancete Mensal da Receita do Tesouro referente aos meses de janeiro a março 2007

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 8.597 DE 4 DE MAIO DE 2007

Cria cargos no Poder Judiciário, altera a redação da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2004, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados nos quadros do Poder Judiciário do Maranhão os seguintes cargos:

I - no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça: noventa cargos de Analista Judiciário A; vinte de Analista Judiciário B; cinco de Analista Judiciário C; dez de Técnico Judiciário A; cem de Técnico Judiciário B; três de Motorista; três de Telefonista; dez de Oficial de Justiça; e trinta de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos; e, dois cargos em comissão de Assessor Especial de Comunicação, símbolo DAS-2, para a Corregedoria-Geral da Justiça.

II - no Quadro de Pessoal da Justiça de 1º Grau: cinquenta cargos de Analista Judiciário A; dez cargos de Analista Judiciário B; vinte cargos de Analista Judiciário C; cem cargos de Técnico Judiciário B; dez cargos de Comissário de Menores; duzentos cargos de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos; e um cargo em comissão de Secretário de Diretoria do Fórum de terceira entrância para a comarca de Açailândia.

Art. 2º Ficam acrescidos os §§ 3º e 4º ao art. 6º da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2004, com a seguinte redação:

“Art. 6º (...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º Surgindo necessidade e vaga a ser preenchida e havendo excedentes de concursos público ainda vigente, uma vez esgotada a nominata dos classificados, ou não havendo candidatos aprovados, o Tribunal, através de Resolução, por maioria absoluta, decidirá sobre a convocação de candidato aprovado de mesmo cargo, inclusive se se tratar de quadros diferentes.

§ 4º Para efeitos de convocação de candidato excedente, na forma prevista no parágrafo anterior, será observada a ordem de classificação na entrância ou na classificação geral do concurso.”

Art. 3º O cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos que se destina aos serviços de limpeza e outros estabelecidos em resolução do Tribunal de Justiça pertence ao Grupo Ocupacional III dos quadros do Poder Judiciário e tem os requisitos e níveis de referência inicial e final estabelecidos para o cargo de Auxiliar Judiciário.

Parágrafo único. **(Vetado).**

Art. 4º Os cargos de Secretário Judicial de Distribuição criados pelo inciso XVII do art. 9º da Lei Complementar 87/2005, ficam transformados em cargo de Secretário de Diretoria do Fórum para as mesmas comarcas.

Art. 5º O preenchimento dos cargos criados por esta Lei ocorrerá de acordo com o estabelecido em resolução do Tribunal de Justiça, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 04 DE MAIO DE 2007, 186º DA INDEPENDÊNCIA
E 119º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO ÚNICO

Estimativa de Impacto Orçamentário/Financeiro

O impacto orçamentário anual a que se refere a presente Lei expressa-se pelos seguintes valores:

Impacto bruto	R\$	18.567.283
PSS Patronal	R\$	1.563.320
Impacto Líquido	R\$	17.003.963

O enquadramento desta Lei no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, está demonstrado como segue:

Receita Corrente Líquida 03º Quadri/2006(RCL)	R\$	4.385.985.000
Limite legal (6% da RCL)	R\$	263.159.100
Limite prudencial (5,7% da RCL)	R\$	250.001.145
Orçamento de pessoal para o exercício 2007 – PJE	R\$	213.842.288
Margem de crescimento legal	R\$	49.316.812
Margem de crescimento prudencial	R\$	36.158.857

LEI Nº 8.598 DE 4 DE MAIO DE 2007

Cria o Cadastro de Atividade Florestal, composto pelo Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Maranhão - CEPROF-MA e pelo Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais - SISFLORAMA, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DO CADASTRO DE ATIVIDADE FLORESTAL - CAF

Art. 1º Fica instituído o Cadastro de Atividade Florestal, composto pelo Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Maranhão - EPROF-MA e pelo Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais SISFLORAMA instituídos por esta Lei.

§ 1º O Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Maranhão - CEPROF-MA é o instrumento utilizado pelo Órgão Ambiental do Estado para o cadastramento das pessoas físicas e jurídicas responsáveis por empreendimentos que extraíam, coletem, beneficiem, transformem, industrializem, comercializem, armazenem ou consumam produtos, subprodutos ou matéria prima de qualquer formação florestal do Estado do Maranhão, inclusive de plantios e reflorestamentos.

§ 2º O Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais SISFLORA-MA é o instrumento informatizado utilizado pelo Órgão Ambiental do Estado necessário para operacionalização das atividades de cadastro, licenciamento, comercialização, transporte de produtos florestais produzindo seus efeitos em todo território nacional, conforme o estabelecido nesta Lei.

SEÇÃO II

DO CADASTRO DE EXPLORADORES E CONSUMIDORES DE PRODUTOS FLORESTAIS DO ESTADO DO MARANHÃO - CEPROF-MA

Art. 2º As pessoas físicas e jurídicas responsáveis por empreendimentos que extraíam, coletem, beneficiem, transformem, industri-

alizem, comercializem, armazenem ou consumam produtos, subprodutos ou matéria prima de qualquer formação florestal do Estado do Maranhão, inclusive de plantios e reflorestamentos, serão obrigadas a se cadastrarem no Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Maranhão - CEPROF-MA, a ser regulamentado pelo Órgão Ambiental do Estado.

§ 1º O Cadastramento das pessoas físicas e jurídicas no CEPROF-MA é condição obrigatória para o acesso e para a operacionalização do SISFLORA-MA no exercício das atividades, descritas no *caput* deste artigo, no âmbito do Estado do Maranhão, não desobrigando o empreendedor do cumprimento da legislação ambiental e demais exigências legais.

§ 2º Ficam isentas de inscrição no CEPROF-MA as pessoas físicas e jurídicas que:

I - utilizem matéria prima de origem vegetal para uso doméstico e/ou benfeitorias em seu imóvel rural;

II - desenvolvam em regime individual ou na célula familiar atividades artesanais com utilização de matéria-prima florestal, previstas em regulamento.

Art. 3º Incluem-se nas atividades de cadastramento obrigatório no CEPROF-MA, dentre os empreendimentos descritos no artigo anterior os aqui identificados e seus equivalentes:

I - Plano de Manejo Florestal Sustentável PMFS-MA;

II - Plano de Exploração Florestal PEF-MA;

III - Pedido de Exploração Florestal Simplificada PEFS-MA;

IV - Plano de Corte Seletivo PCS-MA;

V - Supressão de Vegetação Autorizada em Licenças de Instalação SALI-MA;

VI - Supressão de Vegetação Autorizada em Pequena Propriedade ou Posse Rural Familiar SAPP-MA;

VII - Exploração Florestal em Pequenas Propriedades EFPPMA;

VIII - Produto Florestal de Limpeza de Pastagens PFLP-MA;

IX - Produto Florestal de Declaração de Estoque PFDE-MA;



“Art. 60. (...)”

XIII - Superior de Segurança Cidadã, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Cidadã.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 16 DE NOVEMBRO DE 2007, 186º DA INDEPENDÊNCIA E 119º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

EURÍDICE MARIA DA NÓBREGA E SILVA VIDIGAL
Secretário de Estado da Segurança Cidadã

LEI Nº 8.710 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2007

Altera a Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, para acrescentar ao art. 10 os parágrafos 1º, 2º e 3º.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescentados ao art. 10 da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, os parágrafos 1º, 2º e 3º, com a seguinte redação:

“Art. 10. (...)”

§ 1º As funções de confiança são privativas dos servidores dos quadros do Poder Judiciário.

§ 2º 35% (trinta e cinco por cento) dos cargos em comissão da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça são reservados aos servidores efetivos ou estáveis do Poder Judiciário.

§ 3º 20% (vinte por cento) dos cargos em comissão do gabinete da Presidência, do gabinete da Vice-Presidência, do gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, da Escola Superior da Magistratura, dos cargos de Secretário Judicial e dos cargos das Secretarias de Diretoria de Fórum são reservados aos servidores efetivos ou estáveis do Poder Judiciário.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei não serão providos cargos em comissão ou funções gratificadas em desacordo com o disposto no art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 16 DE NOVEMBRO DE 2007, 186º DA INDEPENDÊNCIA E 119º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 8.711 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2007

Dá nova redação aos arts. 3º e 4º da Lei nº 7.806, de 26 de dezembro de 2002.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 7.806/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A inobservância do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções administrativas:

I - advertência, quando da primeira infração ou abuso;

II - multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), na 1ª (segunda) reincidência;

III - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a cada infração, a partir da 2ª (terceira) reincidência”.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 7.806/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º As reclamações individuais dos usuários do serviço de guichê dos bancos deverão ser registradas no PROCON-MA, órgão que ficará responsável pela aplicação das referidas sanções administrativas, sempre que ficar devidamente comprovada a superação do tempo máximo de atendimento fixado nesta Lei.

Parágrafo único. As agências bancárias deverão afixar, em lugar visível, cartaz com o teor da presente Lei, destacando o número de telefone do PROCON, para que os usuários que se sentirem prejudicados possam efetuar reclamações.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

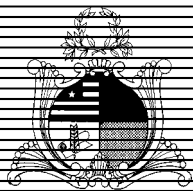
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 16 DE NOVEMBRO DE 2007, 186º DA INDEPENDÊNCIA E 119º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 8.712 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2007

Dispõe sobre a obrigatoriedade da execução dos Hinos Nacional e do Maranhão, e dá outras providências.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CI Nº 222 SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2007 EDIÇÃO DE HOJE: 30 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	10
Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social ..	11
Secretaria de Estado da Educação	11
Secretaria de Estado de Comunicação Social	28
Secretaria de Estado da Segurança Cidadã	28

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 8.713 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2007

Denomina de “Célia Anchieta Guerreiro”
o Farol de Educação da cidade de Guima-
rães-MA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia
Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de “Célia Anchieta Guerreiro” o Fa-
rol de Educação instalado na cidade de Guimarães, neste Estado.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimen-
to e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam
cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor
Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 19 DE NOVEMBRO DE 2007, 186º DA INDEPEN-
DÊNCIA E 119º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

LOURENÇO JOSÉ TAVARES VIEIRA DA SILVA
Secretário de Estado da Educação

LEI Nº 8.714 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2007

Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.513, de
30 de novembro de 1995, que dispõe sobre
o Estatuto dos Policiais Militares da Polí-
cia Militar do Maranhão.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia
Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 36 da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995,
alterada pelas Leis nºs 7.572, de 7 de dezembro de 2000, 8.229, de 25
de abril de 2005, e 8.362, de 29 de dezembro de 2005, fica acrescido do
inciso IX, com a seguinte redação:

“Art. 36. (...)

IX - Secretaria-Adjunta de Modernização Institucional da Se-
cretaria de Estado da Segurança Cidadã”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimen-
to e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam
cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor
Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 19 DE NOVEMBRO DE 2007, 186º DA INDEPEN-
DÊNCIA E 119º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

EURÍDICE MARIA DA NÓBREGA E SILVA VIDIGAL
Secretária de Estado da Segurança Cidadã

LEI Nº 8.715 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2007

Reorganiza o Plano de Cargos, Carreiras e
Vencimentos dos Servidores do Poder Ju-
diciário do Maranhão e dá outras provi-
dências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia
Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os servidores do Poder Judiciário são os ocupantes de
cargos de provimento efetivo e de cargos de provimento em comissão
e integrarão os seguintes Grupos Ocupacionais:

- I - Atividades de Nível Superior;
- II - Atividades Judiciárias;
- III - Atividades Judiciárias Especiais;

- IV - Atividades de Nível Médio;
- V - Serviços Auxiliares Administrativos;
- VI - Atividades de Apoio Operacional; e
- VII - Direção e Assessoramento.

Art. 2º Fica reorganizado o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores públicos dos quadros de cargos do Poder Judiciário instituído pela Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, e pela Lei nº 5.396, de 27 de fevereiro de 1992, na conformidade do disposto nesta Lei e obedecendo aos seguintes conceitos básicos:

I - Grupo Ocupacional - é o conjunto de categorias funcionais reunidas segundo a correlação e afinidade existentes entre elas quanto à natureza do trabalho e/ou grau de conhecimento;

II - Categoria Funcional - é o conjunto de carreiras agrupadas pela natureza das atividades e pelo grau de conhecimento exigível para o seu desempenho;

III - Carreira - é o conjunto de classes da mesma natureza funcional e hierarquizada segundo o grau de responsabilidade e complexidade a elas inerentes, para desenvolvimento do servidor nas classes dos cargos que a integram;

IV - Cargo Público - é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor;

V - Classe - é o conjunto de cargos de mesma natureza funcional e semelhante quanto ao grau de complexidade e nível de responsabilidade;

VI - Padrão - é o nível salarial integrante da faixa de vencimento fixados para a classe e atribuídos ao ocupante do cargo em decorrência da sua progressão de vencimentos.

Art. 3º O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos fica assim reorganizado:

I - Estrutura e Composição dos Grupos Ocupacionais, da Categoria Funcional, das Carreiras, dos Cargos, das Classes, dos Padrões e da Qualificação Exigida para o ingresso;

II - Linha de Correlação dos Cargos;

III - Linha de Promoção;

IV - Requisitos de Promoção;

V - Área de Atuação;

VI - Tabela de Vencimentos;

VII - Quantificação dos Cargos.

Art. 4º Os Grupos Ocupacionais de que trata o artigo 1º ficam organizados em Categorias Funcionais, Carreiras, Cargos, Classes, Padrão e Qualificação exigida para o ingresso, na forma do Anexo I, desta Lei.

§ 1º A Linha de Correlação e a Área de Atuação dar-se-á conforme disposto nos Anexos II e III.

§ 2º As Tabelas de Vencimentos e Quantificação dos Cargos ficam definidas nos Anexos IV e V.

§ 3º A quantificação dos cargos por especialidades será definida por resolução do Tribunal de Justiça, de acordo com a necessidade do Poder Judiciário.

Art. 5º O desenvolvimento do servidor na carreira far-se-á através da promoção e progressão.

§ 1º Promoção é a elevação do servidor de uma classe para a padrão inicial de outra classe, imediatamente superior dentro da mesma carreira, mediante avaliação de desempenho, observado o interstício mínimo de 02 (dois) anos de efetivo exercício no cargo em relação à progressão imediatamente anterior.

§ 2º Progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.

§ 3º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação específica e quando confirmado no cargo, obterá a progressão para o padrão imediatamente superior.

§ 4º É vedada a progressão funcional do servidor em estágio probatório.

Art. 6º Os vencimentos dos servidores de que trata esta Lei são integrados pelo vencimento-base, pelo adicional por tempo de serviço e pelo adicional de qualificação.

Parágrafo único. O servidor custeará o vale-transporte com 1% (um por cento) de seu vencimento-base, cabendo ao Poder Judiciário cobrir o excedente entre esse percentual e sua despesa mensal com transporte.

Art. 7º Fica instituído o Adicional de Qualificação - AQ, de caráter permanente, destinado aos servidores dos diversos Grupos Ocupacionais em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos em ações de treinamentos, títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, em áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário a serem estabelecidas em resolução do Tribunal de Justiça.

§ 1º O adicional de que trata este artigo não será concedido quando o curso constituir requisito para ingresso no cargo.

§ 2º Para efeito no disposto neste artigo, serão considerados somente os cursos e as instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação, na forma da legislação em vigor, e da Escola Superior da Magistratura do Maranhão.

§ 3º Serão admitidos cursos de pós-graduação *latu sensu* somente com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

§ 4º O adicional será considerado no cálculo de proventos e das pensões, somente se o título ou o diploma forem anteriores à data da inativação.

§ 5º O Adicional de Qualificação (AQ) incidirá sobre o vencimento-base do servidor, da seguinte forma:

I - 12,5% (doze e meio por cento), em se tratando de título de Doutor;

II - 10% (dez por cento), em se tratando de título de Mestre;

III - 7,5% (sete e meio por cento), em se tratando de certificado de Especialização;

IV - 5% (cinco por cento), em se tratando de graduação para os cargos cujo ingresso não exige formação de nível superior;

V - 1% (um por cento) ao servidor que possuir conjunto de ações de treinamento que totalize pelo menos 120 (cento e vinte) horas, observado o limite de 3% (três por cento).

§ 6º O adicional de qualificação será devido a partir do dia da apresentação do título, diploma ou certificado.

§ 7º A gratificação de que trata este artigo constitui salário de contribuição para efeito de seguridade social dos servidores do Estado.

§ 8º Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente mais de um percentual dentre os previstos nos incisos I a IV do § 5º.



Art. 8º O posicionamento dos atuais ocupantes dos cargos de que trata esta Lei na nova estrutura remuneratória, dar-se-á da seguinte forma:

I - posicionamento salarial automático de acordo com os dos padrões previstos no Anexo VI desta Lei;

II - posicionamento por descompressão salarial - consiste na classificação do servidor por deslocamento de uma classe para outra ou de um padrão para outro dentro da mesma classe, em função do tempo de serviço público estadual no cargo do Poder Judiciário, cujos critérios serão definidos por resolução do Tribunal de Justiça.

Art. 9º Ao servidor que, em decorrência do posicionamento previsto nesta Lei, sofrer redução de sua remuneração, fica assegurada a percepção da diferença como vantagem pessoal nominalmente identificável (VPNI), que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção ou quando da concessão do reajuste.

Art. 10. Os servidores aposentados farão jus à revisão de proventos para fins de posicionamento na nova estrutura deste Plano, observado os critérios e condições estabelecidas para os servidores em atividade, de acordo com o disposto na Constituição Federal.

§ 1º Para efeito de posicionamento na tabela de vencimentos de que trata este artigo, deverão ser observados os proventos, nestes consideradas todas as vantagens remuneratórias, eventualmente pagas, a qualquer título, aos servidores aposentados, ressalvadas as relacionadas à incorporação decorrente do exercício de cargo comissionado, função gratificada e do adicional por tempo de serviço, na forma da lei.

§ 2º Constatada a redução de proventos, decorrente da aplicação do disposto neste artigo, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificável (VPNI), que será gradativamente absorvida quando em qualquer hipótese houver aumento de proventos.

Art. 11. Ficam incorporadas ao vencimento-base dos servidores:

I - do Grupo Ocupacional Atividades de Nível Superior a Gratificação de Natureza Técnica, de que trata o art. 87 da Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, e a Gratificação Técnica Judiciária, instituída pela

Lei nº 8.032, de 22 de dezembro de 2003, com a consequente extinção dessas gratificações.

II - dos Grupos Ocupacionais Atividades Judiciárias Especiais, Atividades de Nível Médio, Serviços Auxiliares Administrativos e Atividades de Apoio Operacional, a Gratificação Técnica Judiciária, instituída pela Lei nº 8.032 de 22 de dezembro de 2003, com a consequente extinção dessa gratificação.

III - do Grupo Ocupacional Atividades Judiciárias a Gratificação Técnica Judiciária, instituída pela Lei nº 8.032, de 22 de dezembro de 2003, e a gratificação de Risco de Vida, com a consequente extinção dessas gratificações.

Parágrafo único. Além das gratificações de que trata este artigo, ficam incorporadas ao vencimento-base outras gratificações que tiverem por base de cálculo o vencimento do cargo efetivo, já incorporadas à remuneração.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogados os arts. 7º, 8º, 9º, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 23 e 27; o *caput* e o § 1º do art. 20; e o *caput* e os §§ 2º e 3º do art. 24, todos da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 19 DE NOVEMBRO DE 2007, 186º DA INDEPENDÊNCIA E 119º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

MARIA HELENA NUNES CASTRO
Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

ANEXO I

ESTRUTURA DOS CARGOS

Art. 4º capu

GRUPO OCUPACIONAL	CATEGORIA FUNCIONAL	CARREIRA	CARGO	CLASSE	PADRÃO	QUALIFICAÇÃO EXIGIDA PARA O INGRESSO
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	Atividades Especializadas de Natureza Processual e Administrativa	Serviço Técnico Judiciário	Analista Judiciário	C	15	Graduação em Direito, Administração, Ciências da Computação, Arquitetura, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Medicina (Especialidade em Cardiologia, Clínica Médica ou Pediatria), Odontologia, Psicologia, Assistência Social, Biblioteconomia, Ciências Biológicas ou Farmácia (Pós-graduação em Biologia Molecular), Enfermagem, Estatística (ou Matemática com pós-graduação em Estatística), Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa ou Pedagogia.
					14	
					13	
					12	
					11	
				B	10	
					9	
					8	
					7	
					6	
				A	5	
					4	
					3	
					2	
					1	



ATIVIDADES JUDICIÁRIAS	Atividades Especializadas	Apoio Técnico Judiciário	Oficial de Justiça	C	15 14 13 12 11	Nível Médio Completo ou equivalente.
				B	10 9 8 7 6	
				A	5 4 3 2 1	
ATIVIDADES JUDICIÁRIAS ESPECIAIS	Atividades Especializadas Especial	Apoio Técnico Judiciário Especial	Comissário de Justiça da Infância e Juventude	C	15 14 13 12 11	Nível Médio Completo ou equivalente.
				B	10 9 8 7 6	
				A	5 4 3 2 1	
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO	Atividades Administrativas de Natureza Processual e Administrativa	Serviço de Apoio Técnico Processual e Administrativo	Técnico Judiciário	C	15 14 13 12 11	Nível Médio completo ou profissionalizante.
				B	10 9 8 7 6	
				A	5 4 3 2 1	
SERVIÇOS AUXILIARES ADMINISTRATIVOS	Atividades Auxiliares	Apoio Judiciário	Auxiliar Judiciário	C	15 14 13 12 11	Ensino Fundamental Completo
				B	10 9 8 7 6	
				A	5 4 3 2 1	
				C	15 14 13 12 11	



ATIVIDADES DE APOIO OPERACIONAL	Atividades Operacionais	Apoio Operacional	Auxiliar Serviços Operacionais	B	10	Ensino Fundamental Completo
					9	
					8	
					7	
					6	
				A	5	
					4	
					3	
					2	
					1	

ANEXO II

LINHA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Grupo Ocupacional	Cargo	Grupo Ocupacional	Cargo
Atividade de Nível Superior - ANS	Analista Judiciário A Analista Judiciário B Analista Judiciário C Administrador Assistente Técnico Assistente Social Bibliotecário Dentista Médico Taquígrafo	Atividade de Nível Superior	Analista Judiciário
Atividades de Oficial de Justiça -OF	Oficial de Justiça de 1ª a 4ª Entrância Oficiais de Justiça A Oficiais de Justiça B Oficiais de Justiça C Oficiais de Justiça D	Atividades Judiciárias	Oficial de Justiça
Atividades de Nível Médio	Comissário de Menores	Atividades Judiciárias Especiais	Comissário de Justiça da Infância e Juventude
Atividade de Nível Médio-ANM	Técnico Judiciário A Técnico Judiciário B Agente Judiciário Administrativo Técnico em Contabilidade Assistente de Administração	Atividade de Nível Médio Técnico	Técnico Judiciário
Serviços Auxiliares	Auxiliar Judiciário Motorista Telefonista Agente Segurança Judiciário Encadernador Oficial de Manutenção Datilógrafo	Serviços Auxiliares Administrativos	Auxiliar Judiciário
Atividades de Apoio Operacional	Auxiliar de Enfermagem Auxiliar Operacional de Serviços Diversos Auxiliar de Serviços de Saúde Auxiliar de Serviços Gerais Vigia	Atividades de Apoio Operacional	Auxiliar de Serviço Operacional

ANEXO III

ÁREA DE ATUAÇÃO

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE
ANALISTA JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA	Administração, Arquitetura, Análise de Sistemas - Desenvolvimento, Análise de Sistemas - Suporte de Redes, Assistência Social, Biblioteconomia, Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade ou Relações Públicas, Ciências Contábeis, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Estatística ou Matemática (com Pós-Graduação em Estatística), Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, Psicologia, Pedagogia,
	JUDICIÁRIA	Direito
	SAÚDE	Ciências Biológica, Bioquímica ou Farmácia (com Pós-Graduação na área de Biologia Molecular), Enfermagem, Medicina - Cardiologia, Medicina - Clínica Médica, Medicina - Pediatria, Odontologia
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE
TÉCNICO JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA	Contabilidade, Edificações, Enfermagem, Informática- Hardware, Informática -Software, Laboratório, Área de Saúde, Telecomunicações, Apoio Técnico Administrativo.
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	
OFICIAL DE JUSTIÇA e COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	JUDICIÁRIA	
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE
AUXILIAR JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA e JUDICIÁRIA	Motorista, Telefonista, Apoio Administrativo.
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE
AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	ADMINISTRATIVA	Limpeza, Conservação, Jardinagem e Vigilância

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
		15	6.605,15
		14	6.444,05



Analista Judiciário (Nível Superior)	C	13	6.286,88
		12	6.133,54
		11	5.983,94
	B	10	5.781,59
		9	5.640,57
		8	5.503,00
		7	5.368,78
		6	5.237,83
	A	5	5.060,71
		4	4.937,27
		3	4.816,85
		2	4.699,37
		1	4.584,75
Oficial de Justiça (Nível Médio)	C	15	4.539,49
		14	4.428,77
		13	4.320,75
		12	4.215,37
		11	4.112,56
	B	10	3.973,48
		9	3.876,57
		8	3.782,02
		7	3.689,77
		6	3.599,78
	A	5	3.478,05
		4	3.393,22
		3	3.310,46
		2	3.229,71
		1	3.150,94

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
Comissário de Justiça da Infância e Juventude (Nível Médio)	C	15	3.025,42
		14	2.951,63
		13	2.879,64
		12	2.809,41
		11	2.740,89
	B	10	2.648,20
		9	2.583,61
		8	2.520,59
		7	2.459,12
		6	2.399,14
	A	5	2.318,01
		4	2.261,47
		3	2.206,31
		2	2.152,50
		1	2.100,00
Técnico Judiciário (Nível Médio)	C	15	2.573,57
		14	2.510,80
		13	2.449,56
		12	2.389,82
		11	2.331,53
	B	10	2.252,68
		9	2.197,74
		8	2.144,14
		7	2.091,84
		6	2.040,82
	A	5	1.971,81

Auxiliar Judiciário (1º grau)	C	4	"	1.923,71	"	"	"	"
		3	"	1.876,79	"	"	"	"
		2	"	1.831,02	"	"	"	"
		1	"	1.786,36	"	"	"	"
		15	"	1.969,88	"	"	"	"
	B	14	"	1.921,84	"	"	"	"
		13	"	1.874,96	"	"	"	"
		12	"	1.829,23	"	"	"	"
		11	"	1.784,62	"	"	"	"
		10	"	1.724,27	"	"	"	"
	A	9	"	1.682,21	"	"	"	"
		8	"	1.641,18	"	"	"	"
		7	"	1.601,15	"	"	"	"
		6	"	1.562,10	"	"	"	"
		5	"	1.509,28	"	"	"	"
Auxiliar de Serviços Operacionais (1º grau)	C	4	"	1.472,46	"	"	"	"
		3	"	1.436,55	"	"	"	"
		2	"	1.401,51	"	"	"	"
		1	"	1.367,33	"	"	"	"
		15	"	1.243,31	"	"	"	"
	B	14	"	1.212,98	"	"	"	"
		13	"	1.183,40	"	"	"	"
		12	"	1.154,53	"	"	"	"
		11	"	1.126,37	"	"	"	"
		10	"	1.088,28	"	"	"	"
	A	9	"	1.061,74	"	"	"	"
		8	"	1.035,84	"	"	"	"
		7	"	1.010,58	"	"	"	"
		6	"	985,93	"	"	"	"
		5	"	952,59	"	"	"	"
		4	"	929,36	"	"	"	"
		3	"	906,69	"	"	"	"
		2	"	884,58	"	"	"	"
		1	"	863,00	"	"	"	"

ANEXO V

QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS

CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO	QUANTIDADE DE CARGO
- Analista Judiciário	535
- Técnico Judiciário	1317
- Oficial de Justiça	713
- Comissário de Justiça da Infância e Juventude	55
- Auxiliar Judiciário	1221
- Auxiliar de Serviços Operacional	230



ANEXO VI

POSICIONAMENTO NA TABELA SALARIAL

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
Grupo Ocupacional	Cargo	SITUAÇÃO	Grupo Ocupacional	Cargo	SITUAÇÃO NOVA	
					CLASSE	PADRÃO
Atividade de Nível Superior - ANS	Analista Judiciário A	5-A a 8-I	Atividade de Nível Superior	Analista Judiciário	A	1
	Analista Judiciário B	4-A a 7-I				
	Analista Judiciário C	3-E a 7-D				
	Administrador	1 a 9				
	Assistente Técnico					
	Assistente Social					
	Bibliotecário					
	Dentista					
	Médico					
Taquígrafo						
Atividades de Oficial de Justiça -OFJ	Oficial de Justiça	1ª a 4ª Entrância	Atividades Judiciárias	Oficial de Justiça	A	1
	Oficiais de Justiça A	3-E a 7-D				
	Oficiais de Justiça B	3-A a 6-I				
	Oficiais de Justiça C	2-E a 6-D				
	Oficiais de Justiça D	2-C a 6-B				
Atividades de Nível Médio	Comissário de Menor	3-E a 7-D 18 a 25	Atividades Judiciárias Especiais	Comissário de Justiça da Infância e Juventude	A	1
Atividades de Nível Médio- ANM	Técnico Judiciário A	3-A a 6-I	Atividade Técnico de Nível Médio	Técnico Judiciário	A	1
	Técnico Judiciário B	2-E a 6-D				
	Agente Judiciário Administrativo					
	Técnico em Contabilidade	18 a 25				
	Assistente de Administração					
Serviços Auxiliares	Auxiliar Judiciário	2-C a 6-B	Serviços Auxiliares Administrativos	Auxiliar Judiciário	A	1
	Motorista	2-A a 5-1 8 a 15				
	Telefonista	1-E a 5-D 8 a 15				
	Agente Segurança Judiciário	10 a 17				
	Encadernador	8 a 15				
	Oficial de Manutenção	8 a 15				
	Datilógrafo	12 a 19				
Atividades de Serviços Operacional	Auxiliar de Enfermagem	14 a 21	Atividades de Apoio Operacional	Auxiliar de Serviço Operacional	A	1
	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	2-C a 6-B				
	Auxiliar de Serviços de Saúde	8 a 15				
	Auxiliar de Serviços Gerais	1 a 9				
	Vigia	3 a 11				

ANEXO VII

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO
REESTRUTURA O PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO JUDICIÁRIO MARANHENSE

O impacto orçamentário anual do Projeto de Lei expressa-se pelos seguintes valores:

Impacto bruto	R\$ 27.367.692,02
PSS patronal	R\$ 3.783.845

PSS emp regado	R\$	4.633.450
Impacto líquido	R\$	18.950.397
O enquadramento do Projeto no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF está demonstrado como segue:		
Estimativa - Receita Corrente Líquida 2008	R\$	5.211.305.404
Limite legal (6% da RCL)	R\$	312.678.324
Limite prudencial (5,7% da RCL)	R\$	297.044.408
Estimativa Custo Pessoal 2007	R\$	247.148.398
Margem de crescimento legal	R\$	65.529.926
Margem de crescimento prudencial	R\$	49.896.010

DECRETO Nº 23.597 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2007

Dispõe sobre a situação de emergência do Estádio Castelão.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual,

Considerando o estado precário e de degradação em que se encontra a estrutura do Estádio Castelão, onde persiste a situação de alto risco;

Considerando a necessidade de garantir-se a estabilidade do terrapleno e a recuperação dos taludes e fundações, serviços esses indispensáveis para a reabertura do estádio,

DECRETA:

Art. 1º É considerada de emergência a situação do Estádio Castelão, localizado em São Luís.

Art. 2º O prazo de vigência deste Decreto é de noventa dias, podendo ser prorrogado por mais noventa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 19 DE NOVEMBRO DE 2007, 186º DA INDEPENDÊNCIA E 119º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

TELMA PINHEIRO RIBEIRO
Secretária de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional
Sustentável e Infra-Estrutura

CASA CIVIL

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear CONCEIÇÃO DE MARIA FERNANDES FRANÇA para o cargo em comissão de Encarregado do Serviço de Recursos Humanos, Símbolo DAS-2, da Secretaria de Estado da Mulher, devendo ser assim considerado a partir de 12/11/2007.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 12 DE NOVEMBRO DE 2007, 186º DA INDEPENDÊNCIA E 119º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

LOURDES DE MARIA LEITÃO NUNES ROCHA
Secretária de Estado da Mulher

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o falecimento do Secretário de Estado do Esporte, MAURO DE ARAÚJO BEZERRA,

RESOLVE:

Designar o Secretário-Chefe da Casa Civil, ADERSON DE CARVALHO LAGO FILHO, para responder, até ulterior deliberação, pela Secretaria de Estado do Esporte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 07 DE DEZEMBRO DE 2007, 186º DA INDEPENDÊNCIA E 119º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 8.726 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2007

Considera de utilidade pública a Associação Recreativa Esportiva, Cultural e Social dos Sambistas de São Luís.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica considerada de utilidade pública a Associação Recreativa Esportiva, Cultural e Social dos Sambistas de São Luís, com sede e foro no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 07 DE DEZEMBRO DE 2007, 186º DA INDEPENDÊNCIA E 119º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 8.727 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2007

Altera a redação da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 10 da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Os cargos de provimento em comissão, integrantes do Grupo de Direção e Assessoramento do Poder Judiciário, são classificados da seguinte forma:

I - Cargos de Natureza Especial - símbolo CNES;

II - Cargos de Direção e Assessoramento - símbolo CDGA;

III - Cargos de Direção e Assessoramento Superior - símbolo CDAS;

IV - Cargos de Direção e Assessoramento Intermediário - símbolo CDAI.”

Art. 2º Fica acrescido à Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, o art. 10-A, com a seguinte redação:

“Art. 10-A. Ao servidor efetivo ou estável no exercício de cargo em comissão, além dos vencimentos de seu cargo, será atribuída gratificação de representação equivalente à diferença de vencimento do cargo em comissão e do vencimento do cargo efetivo, acrescida de vinte por cento do vencimento do cargo efetivo.

Parágrafo único. Quando o vencimento do cargo em comissão for inferior ao vencimento do cargo efetivo, a gratificação de representação será de vinte por cento do vencimento do servidor.”

Art. 3º O quantitativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário com as respectivas simbologias e vencimento é o constante dos Anexos I e II.

Parágrafo único. O Tribunal disporá sobre a denominação das unidades que compõem a estrutura básica do Poder Judiciário, bem como o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas, com suas respectivas denominações, competências, atribuições e lotações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 07 DE DEZEMBRO DE 2007, 186º DA INDEPENDÊNCIA E 119º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

MARIA HELENA NUNES CASTRO
Secretária de Estado da Administração e Previdência Social



ANEXO I

CORRELAÇÃO E QUANTITATIVOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

SIMBOLOGIA	QUANTIDADE	VENCIMENTOS
CNES	1	11.234
CDGA	157	9.941
CDAS-1	9	7.294
CDAS-2	112	6.115
CDAS-3	85	5.212
CDAS-4	80	4.799
CDAI-1	87	4.432
CDAI-2	20	3.840
CDAI-3	3	3.752
CDAI-4	100	3.299
CDAI-5	1	3.271
CDAI-6	48	2.519
CDAI-7	76	2.090
CDAI-8	96	2.090
CDAI-9	79	1.962
CDAI-10	48	1.771
CDAI-11	153	1.639
CDAI-12	76	1.627

ANEXO II

QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
FG-03	4	1.200,00
FG-02	14	800,00
FG-01	75	500,00

DECRETO Nº 23.712 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2007

Abre à Secretaria de Estado da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para o fim que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 43. § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64 e inciso II do art. 5º da Lei Estadual nº 8.536 de 14.12.2006 e inciso VIII do Parágrafo Único do art. 24 do Decreto nº 22.927 de 12.01.2007,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto à Secretaria de Estado da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinado a reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento, conforme Anexo I.

Art. 2º. Os recursos para atender ao presente crédito decorrem de Excesso de Arrecadação, conforme Anexo II.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 6 DE DEZEMBRO DE 2007, 186º DA INDEPENDÊNCIA E 119º DA REPÚBLICA.

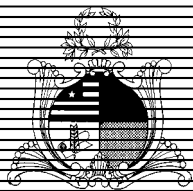
JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

ABDELAZIZ ABOUD SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

JOSÉ DE JESUS DO ROSÁRIO AZZOLINI
Secretário de Estado da Fazenda

JOÃO BATISTA RIBEIRO FILHO
Secretário de Estado da Cultura



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CII Nº 071 SÃO LUÍS, SEXTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2008 EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	22
Procuradoria Geral do Estado	23
Secretaria de Estado da Comunicação Social	23
Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social ...	23
Secretaria de Estado da Fazenda	24
Secretaria de Estado da Saúde	29
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico	30
Secretaria de Estado da Educação	30
Secretaria de Estado da Cultura	31
Secretaria de Estado da Segurança Cidadã	33

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 8.771 DE 11 DE ABRIL DE 2008

Altera o § 1º do art. 14 da Lei nº 8.331, de 21 de dezembro de 2005, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do art. 14 da Lei nº 8.331, de 21 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º O valor da Gratificação de Controle Externo corresponderá:

I - para ocupantes de cargo de Analista de Controle Externo, a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

II - para ocupantes de cargo de Técnico de Controle Externo, a R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

III - para ocupantes de cargo de Auxiliar de Controle Externo, a R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2008.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 11 DE ABRIL DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO

Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO

Secretário-Chefe da Casa Civil

ABDELAZIZ ABOUD SANTOS

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

MARIA HELENA NUNES CASTRO

Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

LEI Nº 8.772 DE 11 DE ABRIL DE 2008

Altera a Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, que reorganiza o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do art. 5º da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

§ 1º Promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de dois anos em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento oferecido, preferencialmente, pelo Poder Judiciário, na forma prevista em regulamento”.

Art. 2º Fica alterada a escolaridade exigida para o ingresso em cargo integrante do Grupo Ocupacional Atividades Judiciárias, cargo Oficial de Justiça, relacionado no Anexo I da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, de nível médio completo ou equivalente para nível superior completo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 11 DE ABRIL DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO

Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO

Secretário-Chefe da Casa Civil

MARIA HELENA NUNES CASTRO

Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

DECRETO Nº 23.873 DE 9 DE ABRIL DE 2008

Altera dispositivo do Decreto nº 22.910, de 2 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio - SINC, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual e de acordo com o disposto na Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006,

DECRETA

Art. 1º Fica acrescentado o item 5 à alínea “a” do inciso IV do art. 2º do Decreto nº 22.910, de 2 de janeiro de 2007, com a seguinte redação:

“Art.2º (...)

IV - (...)

a) (...)

5. Superintendência de Promoção e Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura

5.1. Departamento de Pesca e Aquicultura Industrial

5.2. Departamento de Pesca e Aquicultura Artesanal”

Art. 2º Ficam remanejados, da Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social - SEAPS para a estrutura da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio - SINC, cinco cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento - DAS, na forma do disposto no Anexo deste Decreto.

Art. 3º Fica remanejado, da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAGRO para a estrutura da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio - SINC, o cargo em comissão de Chefe do Departamento de Pesca e Aquicultura, Símbolo DAS-1, que passa a denominar-se Chefe do Departamento de Pesca e Aquicultura Industrial.

Art. 4º Fica remanejado, Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento para a estrutura da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, o cargo em comissão de Superintendente da Contadoria-Geral do Estado, Símbolo DANS-1, que passa a denominar-se Superintendente de Promoção e Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o subitem 2.6 do item 2 da alínea “a” do inciso IV do art. 2º do Decreto nº 22.911, de 2 de janeiro de 2007.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 9 DE ABRIL DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO

Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO

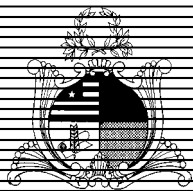
Secretário-Chefe da Casa Civil

MARIA HELENA NUNES CASTRO

Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

JÚLIO CÉSAR TEIXEIRA NORONHA

Secretário de Estado da Indústria e Comércio



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CII Nº 120 SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2008 EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social	02
Secretaria de Estado da Indústria e Comércio	09
Secretaria de Estado da Saúde	11
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia	
Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico	12
Secretaria de Estado da Educação	13
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	14
Secretaria de Estado da Segurança Cidadã	15

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 8.822 DE 24 DE JUNHO DE 2008

Dispõe sobre a comercialização de uniformes da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e demais órgãos de Segurança Pública do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O uniforme, a farda, o distintivo e a insígnia da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e dos demais órgãos de Segurança Pública do Estado do Maranhão somente poderão ser vendidos ao órgão ou à corporação ou a servidor ou militar dele integrante.

Parágrafo único. A venda direta dos produtos relacionados no caput deste artigo a servidor ou militar depende de autorização expressa do órgão ou da corporação a que pertença.

Art. 2º A confecção, a distribuição e a comercialização de uniformes, fardas, distintivos e insígnias da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e dos demais órgãos de Segurança Pública do Estado do Maranhão dependem de autorização do Poder Público Estadual.

Parágrafo único. O comprovante da autorização a que se refere o caput deste artigo ficará exposto em lugar visível nos locais de confecção, distribuição ou comercialização dos produtos de que trata esta Lei.

Art. 3º As pessoas físicas ou jurídicas que comercializem os produtos de que trata esta Lei manterão cadastro com o registro da identificação do militar ou servidor público que os adquirir e do produto adquirido.

Parágrafo único. As pessoas físicas e jurídicas a que se refere o caput deste artigo encaminharão ao poder público, a cada três meses, relatório das vendas realizadas, com a identificação do comprador contendo RG, CPF, cargo e órgão ao qual está vinculado e o material comprado.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

III - apreensão da mercadoria.

§ 1º Em caso de reincidência a multa será aplicada em dobro.

§ 2º As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 24 DE JUNHO DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

EURÍDICE MARIA DA NÓBREGA E SILVA VIDIGAL
Secretária de Estado da Segurança Cidadã

LEI Nº 8.823 DE 24 DE JUNHO DE 2008

Altera a Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, que reorganiza o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A. O Poder Judiciário disporá, mediante resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal do auxílio-alimenta-



ção, por dia trabalhado, aos servidores públicos estaduais ativos pertencentes a seus quadros de pessoal.

§ 1º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório.

§ 2º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição Federal fará jus à percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção.

§ 3º O auxílio-alimentação não será:

I - incorporado ao vencimento ou remuneração;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o plano de seguridade social do servidor público;

III - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.

§ 4º O auxílio-alimentação será custeado com recursos do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, ressalvado o direito de opção pelo órgão ou entidade de origem.

§ 5º O auxílio-alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

§ 6º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de vinte e dois dias.

§ 7º Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos, ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede.

§ 8º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no § 6º.

Art. 2º (Vetado).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 24 DE JUNHO DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO

Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO

Secretário-Chefe da Casa Civil

ABDELAZIZ ABOUD SANTOS

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

MARIA HELENA NUNES CASTRO

Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

LEI Nº 8.824 DE 24 DE JUNHO DE 2008

Altera a redação do parágrafo único do art. 9º da Lei nº 8.077, de 07 de janeiro de 2004.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 9º da Lei nº 8.077, de 7 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º (...)

Parágrafo único. O provimento dos cargos destacados para o funcionamento dos gabinetes das Procuradorias e Promotorias de Justiça dar-se-á mediante indicação dos respectivos titulares, excetuando-se do percentual de que trata o caput”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 24 DE JUNHO DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO

Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO

Secretário-Chefe da Casa Civil

ABDELAZIZ ABOUD SANTOS

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

MARIA HELENA NUNES CASTRO

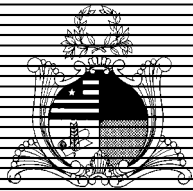
Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista recomendação do Tribunal de Contas do Estado, através dos Ofícios n.º 173/2008/CP-TCE,

R E S O L V E:

Anular os Atos datados de 11.07.97, publicado no D.O de 17.07.97 e o de 04.10.2004, publicado no D.O de 08.10.2004, que tratam da retificação do ato que concedeu Aposentadoria Voluntária a RAIMUNDA DE CARVALHO SOUSA, matrícula nº 225797, no cargo de Professor, Nível 3, Classe C, Referência III, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, tendo em vista o que consta do Processo nº SEARHP-1138/98, Anexos Processos nºs DR/SEEDUC-TIMOM-654/97, SEARHP-4498/96 e 1226/97 e SEEDUC-14828/84, tornando sem efeito o ato datado de 04.10.2004, publicado no Diário Oficial de 08.10.2004.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CII Nº 190 SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 2008 EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social ..	30
Secretaria de Estado da Fazenda	32
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e	
Desenvolvimento Rural	33
Secretaria de Estado da Educação	34
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	36
Secretaria de Estado da Segurança Cidadã	37
Tribunal de Contas do Estado do Maranhão	42

PODER EXECUTIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 121 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

Altera a redação da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, EM EXERCÍCIO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescentado o § 4º ao art. 77 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, com a seguinte redação:

“Art. 77 (..).

§ 4º Ficam excluídas do disposto no caput deste artigo, além das vantagens relacionadas no art. 78, também as seguintes verbas de caráter eventual ou temporário:

I - benefícios de plano de assistência médico-social;

II - devolução de valores tributários e/ou contribuições previdenciárias indevidamente recolhidas;

III - gratificação por hora-aula proferida no âmbito do Poder Público;

IV - bolsa de estudo que tenha caráter remuneratório”.

Art. 2º O Tribunal de Justiça, por meio de resolução, regulamentará a utilização das verbas de que trata esta Lei.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei Complementar pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 25 DE SETEMBRO DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

LUIZ CARLOS PORTO
Governador do Estado do Maranhão, em exercício

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

MARIA HELENA NUNES CASTRO
Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

LEI Nº 8.873 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

Altera a Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, que reorganiza o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão e reajusta em 4% (quatro por cento) os valores remuneratórios constantes do Anexo IV da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, e dos Anexos I e II da Lei nº 8.727, de 07/12/2007.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, EM EXERCÍCIO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-C:

“Art. 7º-C A assistência à saúde de servidor ativo ou inativo, e de sua respectiva família, que compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda em forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em resolução do Tribunal de Justiça.

§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, ficam os órgãos e entidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, alternativamente, autorizados a:

I - celebrar convênios exclusivamente para a prestação de serviços de assistência à saúde para os seus servidores, ativos e inativos, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares definidos, com entidades de autogestão por elas patrocinadas por meio de instrumentos jurídicos efetivamente na forma da regulamentação específica do órgão regulador sobre patrocínio de autogestões;

II - contratar, mediante licitação, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador;

III - conceder assistência à saúde em forma de auxílio a servidor ou pensionista em valor limitado ao total despendido por estes com planos ou seguros privados de assistência à saúde.

§ 2º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição Federal fará jus a percepção de assistência à saúde, mediante opção.

§ 3º A assistência à saúde em forma de auxílio, de caráter indenizatório, não será:

I - incorporado ao vencimento ou remuneração;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o plano de seguridade social do servidor público;

III - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura;

IV - acumulável com outros de espécie semelhante, nem com outro programa de assistência à saúde custeado integral ou parcialmente pelos cofres públicos, comprovado mediante declaração do titular;

§ 4º O recebimento indevido da assistência à saúde em forma de auxílio havido por fraude, dolo ou má-fé, implicará devolução ao erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A assistência à saúde em forma de auxílio será custeada com recursos do tesouro vinculados ao Poder Judiciário do Estado do Maranhão”.

Art. 2º (Vetado).

Art. 3º (Vetado).

Art. 4º Revogam-se os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2008.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 25 DE SETEMBRO DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

LUIZ CARLOS PORTO

Governador do Estado do Maranhão, em exercício

ADERSON LAGO

Secretário-Chefe da Casa Civil

MARIA HELENA NUNES CASTRO

Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

LEI Nº 8.875 DE 29 DE SETEMBRO DE 2008

Modifica a redação da Lei nº 7.686, de 15/10/2001, que considera de utilidade pública a Creche Comunitária Glória Diniz do Alto da Vitória, com sede e foro nesta capital - São Luís.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, EM EXERCÍCIO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.686, de 15 de outubro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica considerado de utilidade pública o Instituto Educacional Beneficente do Alto da Vitória - IEBCAV, com sede e foro no Município de São Luís, Estado do Maranhão”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 29 DE SETEMBRO DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

LUIZ CARLOS PORTO

Governador do Estado do Maranhão, em exercício

ADERSON LAGO

Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 8.876 DE 29 DE SETEMBRO DE 2008

Considera de utilidade pública a Federação Maranhense de Tiro Esportivo - FMTE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, EM EXERCÍCIO,

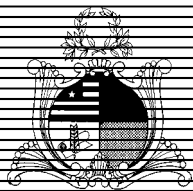
Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica considerada de utilidade pública a Federação Maranhense de Tiro Esportivo - FMTE, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO



ANO CII Nº 189 SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 2008 EDIÇÃO DE HOJE: 26 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento	09
Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social	09
Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infra-Estrutura	11
Secretaria de Estado da Fazenda	12
Secretaria de Estado da Saúde	18
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico	18
Secretaria de Estado da Segurança Cidadã	19

Esta edição publica em suplemento Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 8.873 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

Altera a Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, que reorganiza o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão e reajusta em 4% (quatro por cento) os valores remuneratórios constantes do Anexo IV da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, e dos Anexos I e II da Lei nº 8.727, de 07/12/2007.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, EM EXERCÍCIO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (Vetado).

Art. 2º (Vetado).

Art. 3º (Vetado).

Art. 4º Revogam-se os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2008.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 25 DE SETEMBRO DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

LUIZ CARLOS PORTO
Governador do Estado do Maranhão, em exercício

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

MARIA HELENA NUNES CASTRO
Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

LEI Nº 8.874 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

Acrescenta o art. 10-B à Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, alterada pela Lei nº 8.727, de 07 de dezembro de 2007, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, EM EXERCÍCIO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido à Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, alterada pela Lei nº 8.727, de 07 de dezembro de 2007, o art. 10-B com a seguinte redação:

“Art. 10-B. Aos membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar designados para o Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, será atribuída uma função gratificada especial, observado o valor e quantitativo constante do Anexo desta Lei.

Parágrafo único. É vedado o pagamento cumulativo com a retribuição financeira criada pela Lei nº 8.591, de 27 de abril de 2007, e com outra vantagem decorrente do exercício do cargo em comissão”.

Art. 2º A simbologia dos cargos em comissão de Assistente de Gabinete passa para CDAI-6.

Art. 3º Os cargos em comissão de Assessor de Juiz, Símbolos CDAI-08, CDAI-09 e CDAI-10, passam a ter a Simbologia CDAI-5.

Art. 4º Fica criado no Quadro de Cargos em Comissão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão um cargo de Secretário Executivo da Assessoria Jurídica da Presidência, Simbologia CDAI-11.

Art. 5º Ficam criados no Quadro de Cargos em Comissão da Corregedoria-Geral de Justiça um cargo de Subchefe de Gabinete, Símbolo CDAS-02 e um cargo de Oficial de Gabinete, Símbolo CDAS-03.

Art. 6º Ficam criadas vinte e uma Funções Gratificadas FG-1 e quatro Funções Gratificadas FG-2 no Quadro de Funções Gratificadas do Poder Judiciário.



Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos créditos orçamentários do Poder Judiciário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 25 DE SETEMBRO DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

LUIZ CARLOS PORTO
Governador do Estado do Maranhão, em exercício

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

MARIA HELENA NUNES CASTRO
Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

ANEXO

FUNÇÃO GRATIFICADA ESPECIAL

QUANTITATIVO	POSTO OU GRADUAÇÃO	VALOR
OFICIAIS PM/BM		
10	Coronel	1.300,00
	Tenente Coronel	1.250,00
	Major	1.200,00
	Capitão	1.192,40
	1º Tenente	1.084,00
	2º Tenente	1.000,00
PRAÇAS PM/BM		
150	Subtenente	950,00
	1º Sargento	867,20
	2º Sargento	867,20
	3º Sargento	867,20
	Cabo	650,00
	Soldado	542,00

DECRETO Nº 24.579 DE 26 DE SETEMBRO DE 2008

Abre à Polícia Militar do Estado do Maranhão crédito suplementar no valor de R\$ 1.471.567,00 (hum milhão, quatrocentos e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e sete reais), para o fim que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 43 § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64, inciso VI do art. 5º e inciso IV do art. 7º da Lei Estadual nº 8.755 de 17.03.2008,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto à Polícia Militar do Estado do Maranhão crédito suplementar no valor de R\$ 1.471.567,00 (hum milhão, quatrocentos e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e sete reais), destinado a reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento, conforme Quadro Anexo.

Art. 2º. Os recursos para atender ao presente crédito decorrem do Convênio celebrado entre a União Federal, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, e o Governo do Estado do Maranhão, com a interveniência da Polícia Militar do Estado do Maranhão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 26 DE SETEMBRO DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

LUIZ CARLOS PORTO
Governador do Estado do Maranhão, em exercício

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

ABDELAZIZ ABOUD SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

JOSÉ DE JESUS DO ROSÁRIO AZZOLINI
Secretário de Estado da Fazenda

EURÍDICE MARIA DA NÓBREGA E SILVA VIDIGAL
Secretária de Estado da Segurança Cidadã

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 04 DE DEZEMBRO DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

ABDELAZIZ ABOUD SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

MARIA HELENA NUNES CASTRO
Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

LEI Nº 8.895 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008

Reajusta em 4% (quatro por cento) o vencimento dos cargos efetivos e em comissão e o valor das funções gratificadas do Poder Judiciário.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reajustado em 4% (quatro por cento) o vencimento dos cargos efetivos e em comissão e o valor das funções gratificadas do Poder Judiciário.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2008.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 04 DE DEZEMBRO DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

ABDELAZIZ ABOUD SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

MARIA HELENA NUNES CASTRO
Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

DECRETO Nº 24.957 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008

Abre ao FES – Unidade Central crédito suplementar no valor de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), para o fim que especifica.

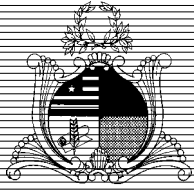
O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 43 § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64, inciso II do art. 5º e inciso III do art. 7º da Lei Estadual nº 8.755 de 17.03.2008 e inciso VII do art. 21 do Decreto nº 23.835 de 19.03.2008,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao FES – Unidade Central crédito suplementar no valor de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), destinado a reforço de dotação consignada no vigente Orçamento, conforme Anexo I.

Art. 2º. Os recursos para atender ao presente crédito decorrem de Excesso de Arrecadação, conforme Anexo II.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CIII Nº 098 SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 2009 EDIÇÃO DE HOJE: 14 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	05
Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social	07
Secretaria de Estado da Infraestrutura	07
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico	10
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais ..	11
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário	13
Secretaria de Estado do Esporte e Juventude	14

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 8.971 DE 21 DE MAIO DE 2009

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos estaduais do Poder Judiciário.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reajustados em 5,9% (cinco inteiros e nove décimos por cento) os valores remuneratórios constantes dos seguintes Anexos:

I – Anexo IV, Tabela de Vencimentos da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007;

II – Anexo I, Correlação e Quantitativos dos Cargos Comissionados da Lei nº 8.727, de 7 de dezembro de 2007;

III – Anexo II, Quadro de Funções Gratificadas da Lei nº 8.727, de 7 de dezembro de 2007.

Art. 2º Aplica-se o disposto no art. 1º desta Lei aos cargos extintos a vagar do Poder Judiciário.

Art. 3º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta dos créditos orçamentários próprios.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2009.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei Complementar pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 21 DE MAIO DE 2009, 188º DA INDEPENDÊNCIA E 121º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

GASTÃO DIAS VIEIRA
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

LUCIANO FERNANDES MOREIRA
Secretário de Estado da Administração e Previdência Social

CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda

DECRETO Nº 25.357 DE 21 DE MAIO DE 2009

Dispõe sobre a transferência de dotações orçamentárias.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam transferidas, em cumprimento ao disposto no art. 14 da Medida Provisória nº 048 de 23 de abril de 2009, as dotações orçamentárias conforme Anexo I.

Art. 2º. As dotações orçamentárias de que trata o art. 1º serão transferidas do órgão constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 21 DE MAIO DE 2009, 188º DA INDEPENDÊNCIA E 121º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

GASTÃO DIAS VIEIRA
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda

FILADELFO MENDES NETO
Secretário de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano



Art. 9º As disposições desta Lei aplicam-se aos servidores públicos ativos pertencentes ao quadro de pessoal do Poder Judiciário e aos servidores requisitados de outros órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 10. A perícia médica, de que trata o art. 5º desta Lei, poderá ser realizada por junta médica oficial do Poder Judiciário, cuja composição, atribuição e funcionamento serão regulamentados por resolução do Plenário do Tribunal de Justiça, respeitada a legislação vigente aplicável à matéria.

Art. 11. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 29 DE DEZEMBRO DE 2009, 188º DA INDEPENDÊNCIA E 121º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

LUCIANO FERNANDES MOREIRA
Secretário de Estado da Administração e Previdência Social

LEI Nº 9.108 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009

Altera a redação da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, que reorganiza o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 7º-A da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º-A O Poder Judiciário disporá, mediante resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal de auxílio alimentação, por dia trabalhado, aos servidores públicos ativos pertencentes a seu quadro de pessoal e aos servidores requisitados de outros órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, inclusive policiais e bombeiros militares.”

Art. 2º Fica acrescida ao art. 7º-A da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, o § 9º com a seguinte redação:

“Art 7º-A (...)

(...)

§ 9º O auxílio de que trata o caput deste artigo não será devido quando o servidor requisitado perceber benefício da mesma natureza custeado pelo órgão de origem.”

Art. 3º Fica alterada a simbologia de 1 cargo em comissão de CDAS-2 para CDA-1, no quadro de pessoal do Poder Judiciário.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 29 DE DEZEMBRO DE 2009, 188º DA INDEPENDÊNCIA E 121º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

LUCIANO FERNANDES MOREIRA
Secretário de Estado da Administração e Previdência Social

LEI Nº 9.109 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009

Dispõe sobre custas e emolumentos e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As custas devidas ao Estado pelo processamento dos feitos são fixadas segundo a natureza do processo e a espécie do recurso, e os emolumentos, de acordo com o ato praticado, sendo ambos contados e cobrados conforme as tabelas anexas, que fazem parte integrante desta Lei.

Art. 2º Consideram-se custas:

I - a taxa judiciária;

II - os valores e percentuais previstos nas tabelas I a XII, em anexo;

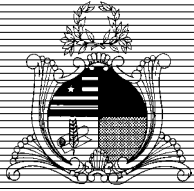
III - as despesas relativas a serviços de comunicação;

IV - as despesas decorrentes de impressos, de reproduções reprográficas e de publicações em órgão de divulgação;

V - as despesas de guarda e conservação de bens penhorados, arrestados, sequestrados ou apreendidos judicialmente a qualquer título;

VI - as multas impostas nos termos das leis processuais às partes, aos servidores do Poder Judiciário e aos serventuários extrajudiciais;

VII - outras despesas judiciais.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CIV Nº 241 SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 EDIÇÃO DE HOJE: 08 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	02
Secretaria de Estado da Saúde	03
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca	03
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário	04
Secretaria de Estado da Segurança Pública	04
Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária ..	06
Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão	06

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 9.305 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

Dispõe sobre a revisão geral dos valores remuneratórios constantes do Anexo IV da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, e dos Anexos I e II da Lei nº 8.727, de 7 de dezembro de 2007.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revisados os valores remuneratórios dos cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas constantes do Anexo IV da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, e Anexos I e II da Lei nº 8.727, de 7 de dezembro de 2007, em:

I - 3% (três por cento) para os cargos comissionados;

II - 4,33% (quatro inteiros e trinta e três décimos por cento) para as Funções Gratificadas e para os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Comissário de Justiça da Infância e Juventude;

III - 5% (cinco por cento) para os cargos de Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Parágrafo único. A estimativa de impacto orçamentário/financeiro, decorrente do custo estimado de março a dezembro de 2010, será de acordo com o Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2010.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Secretária-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 16 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO
Secretária-Chefe da Casa Civil

ANEXO ÚNICO

ESTIMATIVA ANUAL DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO PROJETO DE REAJUSTE ANUAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO, SENDO RETROATIVO À MARÇO DE 2010

O Impacto Orçamentário Anual da Proposta, expressa-se pelos seguintes valores - em Real:

	2010	2011	2012
1. Impacto bruto	7.538.469	10.051.292	10.051.292
O enquadramento do projeto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF está demonstrado como segue:			
2. Estimativa - Receita Corrente Líquida	6.488.286.172	7.072.096.000	7.708.436.482
2.1 Limite legal (6% da RCL)	389.297.170	424.325.760	462.506.189
2.2 Limite prudencial (5,7% da RCL)	369.832.312	403.109.472	439.380.879
3. Estimativa de Custo Pessoal - Exercício Financeiro	356.986.935	385.980.207	420.934.075
3.1 Estimativa Custo Adicional Pessoal	1.123.839	17.406.838	23.671.958
Reajuste Subsídio		7.585.065	8.343.571
Reajuste Anual de Servidores			11.620.819
Progressões	1.123.839	6.100.000	3.707.568
Instalação de Varas		3.721.774	

Reajuste Analista Judiciário 4,33% (Qtde = 488; sal. inicial = 5.049,46)	1.489.890	1.986.521	1.986.521
Reajuste Técnico Judiciário 5,00% (Qtde = 1.081; sal. inicial = 1.967,42)	1.495.048	1.993.397	1.993.397
Reajuste Auxiliar Judiciário 5,00% (Qtde = 871; sal. inicial = 1.505,92)	910.505	1.214.007	1.214.007
Reajuste Oficial de Justiça 4,33% (Qtde = 515; sal. inicial = 3.470,32)	1.140.090	1.520.120	1.520.120
Comissário 4,33% (Qtde = 42; sal. inicial = 2.312,86)	80.490	107.320	107.320
Auxiliar Operacional 5,00% (Qtde = 59; salário = 950,47)	69.479	92.639	92.639
Comissionado 3,00% (Qtde = 1.244)	2.285.630	3.047.506	3.047.506
Função Gratificada 4,33% (Qtde = 164; FG1=551,00; FG2=881,00; FG3=1.322,00)	67.337	89.783	89.783
3.3 Créditos orçamentários necessários no exercício financeiro	7.538.469	10.051.292	10.051.292
4. Percentual da RCL Utilizado (3.3 / 2)	5,62%	5,60%	5,59%
5. Margens de Crescimento:	5,70%	5,70%	5,70%
5.1 Margem de crescimento legal (2.1 - 3 - 3.1 - 4.1)	24.771.766	28.294.261	31.520.822
5.2 Margem de crescimento prudencial (2.2 - 3 - 3.1 - 4.1)	5.306.907	7.077.973	8.395.512
O Custo total para o projeto mencionado está compreendido nos limites de gastos com pessoal previstos na LRF.			

CASA CIVIL

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Ofício nº 1346/2010-GAB/SSP, de 07/11/2010, da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

RESOLVE:

Exonerar os integrantes do quadro abaixo dos cargos em comissão da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

NOME	CARGO	SÍMBOLO
MAÉRCIO DE ASSIS COELHO CUTRIM	Supervisor da Penitenciária de Pedrinhas	DANS-3
JORCELAN AMORIM FRANÇA	Encarregado do Serviço de Segurança e Disciplina da Penitenciária de Pedrinhas	DAS-2
JOÃO CARLOS DE SOUSA MONTEIRO	Encarregado do Serviço Administrativo da Penitenciária de Pedrinhas	DAS-2

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 10 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO
Secretária-Chefe da Casa Civil

ALUÍSIO GUIMARÃES MENDES FILHO
Secretário de Estado da Segurança Pública

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Ofício nº 1347/2010-GAB/SSP, de 07/11/2010, da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

RESOLVE:

Nomear os integrantes do quadro abaixo para os cargos em comissão da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

NOME	CARGO	SÍMBOLO
ADELMO ARAÚJO CORRÊA	Supervisor da Penitenciária de Pedrinhas	DANS-3
RAIMUNDO DA CRUZ BRENHA SALDANHA	Encarregado do Serviço de Segurança e Disciplina da Penitenciária de Pedrinhas	DAS-2
VIDENIR CRUZ BEZERRA	Encarregado do Serviço Administrativo da Penitenciária de Pedrinhas	DAS-2

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 10 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO
Secretária-Chefe da Casa Civil

ALUÍSIO GUIMARÃES MENDES FILHO
Secretário de Estado da Segurança Pública

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear MÔNICA SILVA QUEIROZ para o cargo em comissão de Chefe de Delegacia Distrital de Polícia Civil da Capital, da Delegacia do 7º Distrito Policial (Turu), Símbolo DAI-1, da Polícia Civil do Estado do Maranhão, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 10 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO
Secretária-Chefe da Casa Civil

ALUÍSIO GUIMARÃES MENDES FILHO
Secretário de Estado da Segurança Pública



Art. 9º O presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de noventa dias, contados da data da publicação desta lei, adotará as providências necessárias para a constituição da Fundação da Cidadania e Justiça.

Art. 10. Fica o Poder Judiciário do Maranhão autorizado a remanejar os créditos orçamentários da Coordenação de Atividades Especiais do Tribunal de Justiça, para atender às despesas de constituição, instalação e manutenção da Fundação da Cidadania e Justiça.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Secretária-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 30 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY

Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO

Secretária-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 9.325 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Denomina Terezinha de Jesus Silva Borges, a Unidade Escolar de Ensino Médio localizada na sede do Município de Pedro do Rosário.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Terezinha de Jesus Silva Borges, a Unidade de Ensino Médio, da rede Pública Estadual de Ensino localizada na Sede do Município de Pedro do Rosário.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Secretária-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 30 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY

Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO

Secretária-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 9.326 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Altera a redação dos arts. 10-A e 22 da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003; altera a redação do art. 3º e dos anexos I e II, todos da Lei nº 8.727, de 07 de dezembro de 2007; altera a redação do art. 7º-A da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007; acrescenta o art. 7º-D a essa mesma Lei; cria e extingue cargos efetivos no quadro do Poder Judiciário e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 10-A da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10-A. Ao servidor efetivo ou estável no exercício de cargo em comissão, além dos vencimentos de seu cargo de origem, será atribuída gratificação de representação equivalente à diferença de vencimento do cargo em comissão e do vencimento do cargo efetivo, acrescida de quarenta por cento do vencimento do cargo efetivo.

Parágrafo único. Quando o vencimento do cargo em comissão for inferior ao vencimento do cargo efetivo, a gratificação de representação será de quarenta por cento do vencimento do servidor.”

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 5% (cinco por cento) a cada cinco anos de efetivo serviço público estadual, observado o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) incidente exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo.

Parágrafo único. O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o quinquênio.”

Art. 3º O art. 3º e os Anexos I e II da Lei nº 8.727, de 07 de dezembro de 2007, passam a vigorar com seguinte redação:

“Art. 3º O quantitativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário com as respectivas simbologias e vencimentos é o constante dos Anexos I e II.

§ 1º O Tribunal disporá sobre a denominação das unidades que compõem a estrutura básica do Poder Judiciário, bem como o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas, com suas respectivas denominações, competências, atribuições e lotações.

§ 2º O Tribunal fica autorizado a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, as funções gratificadas e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

ANEXO: I

SIMBOLOGIA	QUANTIDADE	VENCIMENTO EM R\$
CNES	1	12.372,68
CDGA	178	10.948,62
CDAS-1	10	8.033,32
CDAS-2	126	6.734,82
CDAS-3	90	5.740,29



CDAS-4	89	5.285,43
CDAS-5	111	4.881,23
CDAS-6	148	3.945,35
CDAS-7	93	3.301,06
CDAI-1	332	3.602,55
CDAI-2	53	2.774,33
CDAI-3	101	1.805,13

ANEXO: II

SIMBOLOGIA	QUANTIDADE	VENCIMENTO EM R\$
FG-3	39	1.321,63
FG-2	40	881,09
FG-1	85	550,68

Art. 4º O caput do art. 7º-A da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º-A O Poder Judiciário disporá, por resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal de auxílio alimentação, por dia trabalhado, aos servidores públicos ativos pertencentes ao seu quadro de pessoal, aos requisitados de outros órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal, inclusive policiais e bombeiros militares, e também aos estagiários.”

Art. 5º Fica acrescentado o art. 7º-D à Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 7º-D O Poder Judiciário disporá, por resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal da Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ e anual da Gratificação por Produtividade Judiciária - GPJ, que terão a seguinte composição:

I - 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a título de Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ;

II - até o limite de 100% (cem por cento) do vencimento base do cargo efetivo, a título de Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ, pelo alcance de metas de produtividade fixadas pelo Tribunal de Justiça;

III - até o limite de 100% (cem por cento) do vencimento base do cargo de técnico judiciário, para os cargos comissionados de simbologia CDAI; e do vencimento base do cargo de analista judiciário, para os cargos comissionados de simbologias CDAS, CDGA e CNES; em ambos os casos a título de Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ, pelo alcance de metas de produtividade fixadas pelo Tribunal de Justiça.

§ 1º A opção pela Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ implicará obrigatoriedade ao regime de trabalho de oito horas diárias ou sete ininterruptas e a execução de atividades diferenciadas de suas funções.

§ 2º A Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ será paga até 20 de abril do ano seguinte à vigência das metas de produtividade, na razão direta e proporcional ao alcance dos resultados e nos limites fixados pelo Tribunal de Justiça.

§ 3º É vedada a concessão da Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ sem a prévia fixação de metas e a individualização do limite de servidores que a ela terão direito.”

Art. 6º As gratificações criadas pelo art. 7º-D da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, acrescentado pelo artigo anterior desta Lei serão implantadas gradualmente, condicionadas à disponibilidade orçamentária, regulamentadas por resolução do Tribunal de Justiça, e obedecendo os seguintes limites:

I - até um terço dos servidores do quadro do Poder Judiciário no ano de 2010;

II - até dois terços dos servidores do quadro do Poder Judiciário no ano de 2011;

III - até a totalidade dos servidores do quadro do Poder Judiciário no ano de 2012.

Art. 7º Os cargos de Secretário Judicial de Entrância Intermediária, simbologia CDAS-6, e Secretário Judicial de Entrância Inicial, simbologia CDAS-7, passam a ter seus vencimentos fixados na forma do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Os cargos de simbologia CDAS-6 e CDAS-7 passarão à simbologia CDAS-5 a partir de janeiro de 2012.

Art. 8º Ficam criados no Quadro do Poder Judiciário 41 (quarenta e um) cargos de analista judiciário para a Justiça de 1º Grau.

Art. 9º Ficam extintos 256 (duzentos e cinquenta e seis) cargos de auxiliar de serviços operacionais; e extintos, a vagar, 33 (trinta e três) cargos efetivos de auxiliar judiciário, especialidade motorista.

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Secretária-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 30 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO
Secretária-Chefe da Casa Civil

JOSÉ HENRIQUE CAMPOS FILHO
Secretário de Estado da Administração e Previdência Social

ANEXO: I

CARGOS	Vigência / Vencimento em Reais			
	Set/10	Jan/11	Jul/11	Jan/12
Secretário Judicial de Entrância Intermediária	3.945,35	4.413,29	4.764,25	4.881,23
Secretário Judicial de Entrância Inicial	3.301,06	4.091,14	4.683,71	4.881,23

**LEI Nº 9.327 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010**

Proíbe que profissionais da área de saúde usem jaleco, aventais ou outro tipo de vestimenta de proteção individual de trabalho, em ambientes públicos, no Estado do Maranhão e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os profissionais da área de saúde, proibidos de utilizarem jalecos, aventais e outros equipamentos afins, em ambientes públicos, principalmente onde servem refeições como bares, lanchonetes, restaurantes, e outros afins, devendo usá-los apenas dentro da unidade de saúde.

Art. 2º (Vetado).

Art. 3º (Vetado).

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Secretária-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 30 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO
Secretária-Chefe da Casa Civil

LEI COMPLEMENTAR Nº 133 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Altera a redação do art. 78 e acrescenta o art. 78-A à Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão).

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido o inciso XI ao art. 78 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), com a seguinte redação:

“Art. 78.

(...)

XI – Gratificação de Direção de Fórum.”

Art. 2º (Vetado).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei Complementar pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Secretária-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 30 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO
Secretária-Chefe da Casa Civil

MENSAGEM Nº 066/2010 - SÃO LUÍS, 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 64, IV, da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 212/2010, que proíbe que profissionais da área da saúde usem jalecos, aventais e outro tipo de vestimenta de proteção individual de trabalho em ambientes públicos no Estado do Maranhão.

Ao fazer-lhe a presente comunicação, passo às mãos de Vossa Excelência as razões do veto, as quais, como há de convir essa augusta Assembleia, justificam-no plenamente.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos seus ilustres pares meus protestos de consideração e apreço.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

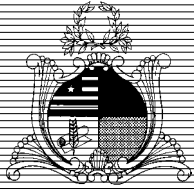
A Sua Excelência o Senhor
Deputado MARCELO TAVARES SILVA
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
Palácio Manoel Bequimão
Local

Veto parcial ao Projeto de Lei nº 212/2010, que proíbe que profissionais da área da saúde usem jalecos, aventais e outro tipo de vestimenta de proteção individual de trabalho em ambientes públicos no Estado do Maranhão.

No uso das atribuições que me confere o art. 64, IV, da Constituição Estadual, oponho veto parcial ao Projeto de Lei de nº 212/2010.

RAZÕES DO VETO:

A matéria veiculada nos arts. 2º e 3º, *caput*, e parágrafo único do Projeto de Lei nº 212/2010, ora sob análise, está inserida dentre aquelas reservadas à iniciativa de lei privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme previsto no art. 43, V, da Constituição Estadual, de



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CV Nº 213 SÃO LUÍS, SEXTA-FEIRA, 04 DE NOVEMBRO DE 2011 EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Controladoria Geral do Estado	04
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão	04
Secretaria de Estado da Fazenda	06
Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio ..	10
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	11
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais ...	11

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 9.488, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

Cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, em exercício,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados os seguintes cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão:

- I - um cargo em comissão simbologia CDGA;
- II - um cargo em comissão simbologia CDAS2;
- III - dois cargos em comissão simbologia CDAS4;
- IV - dez cargos efetivos de técnico judiciário.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário do Maranhão.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 4 DE NOVEMBRO DE 2011, 190º DA INDEPENDÊNCIA E 123º DA REPÚBLICA.

DES. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Presidente do Tribunal de Justiça, no exercício do cargo
de Governador do Estado

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

LEI Nº 9.489, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e funções gratificadas e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, em exercício,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

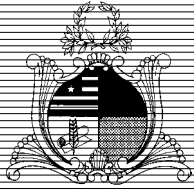
Art. 1º - Os vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e funções gratificadas ficam reajustados em 6,01% (seis inteiros e um centésimo ponto percentual) a partir de 1º de março de 2011.

Art. 2º - A diferença remuneratória devida em razão do reajuste disposto no artigo anterior será implantada no mês de março de 2012.

Art. 3º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2012, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2011.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CV Nº 213 SÃO LUÍS, SEXTA-FEIRA, 04 DE NOVEMBRO DE 2011 EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Controladoria Geral do Estado	04
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão	04
Secretaria de Estado da Fazenda	06
Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio ..	10
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	11
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais ...	11

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 9.488, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

Cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, em exercício,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados os seguintes cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão:

- I - um cargo em comissão simbologia CDGA;
- II - um cargo em comissão simbologia CDAS2;
- III - dois cargos em comissão simbologia CDAS4;
- IV - dez cargos efetivos de técnico judiciário.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário do Maranhão.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 4 DE NOVEMBRO DE 2011, 190º DA INDEPENDÊNCIA E 123º DA REPÚBLICA.

DES. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Presidente do Tribunal de Justiça, no exercício do cargo
de Governador do Estado

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

LEI Nº 9.489, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e funções gratificadas e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, em exercício,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e funções gratificadas ficam reajustados em 6,01% (seis inteiros e um centésimo ponto percentual) a partir de 1º de março de 2011.

Art. 2º - A diferença remuneratória devida em razão do reajuste disposto no artigo anterior será implantada no mês de março de 2012.

Art. 3º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2012, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2011.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

**LEI Nº 9.660, DE 17 DE JULHO DE 2012.**

Altera dispositivo da Lei nº 8.246, de 25 de maio de 2005, que criou o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º o inciso IV do art. 3º da Lei nº 8.246, de 25 de maio de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

IV - percentual de 5% (cinco por cento) do valor a ser amortizado nos termos do art. 7º da Lei nº 9.121, de 4 de março de 2010” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 17 DE JULHO DE 2012, 191ª DA INDEPENDÊNCIA E 124ª DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

JOSÉ MAURICIO DE MACEDO SANTOS
Secretário de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

LEI Nº 9.661, DE 17 DE JULHO DE 2012.

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão ficam reajustados em 6,34% (seis vírgula trinta e quatro por cento) a partir de 1º de março de 2012;

Art. 2º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2012.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 17 DE JULHO DE 2012, 191ª DA INDEPENDÊNCIA E 124ª DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

LEI Nº 9.662, DE 17 DE JULHO DE 2012.

Dispõe sobre o subsídio dos membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, para o exercício de 2015, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os valores dos subsídios dos membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, para o exercício de 2015, são os estabelecidos no Anexo I desta Lei.

Art. 2º A tabela de subsídio para o exercício de 2015, constante do Anexo I desta Lei, será implantada no mês seguinte ao da publicação do Relatório de Gestão Fiscal/RGF previsto no art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, desde que comprove o crescimento da Receita Corrente Líquida em percentual superior a 27% em relação à apurada no relatório correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2011.

Parágrafo único. Não sendo alcançado o percentual da Receita Corrente Líquida de que trata o *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a promover os estudos técnicos necessários a viabilizar ajustes na tabela constante do Anexo I desta Lei, de forma a compatibilizar novos valores de subsídio a serem implementados ao percentual da Receita Corrente Líquida.

Art. 3º O enquadramento na tabela de subsídio de que trata esta Lei, dar-se-á mediante opção irrevogável do militar, a ser formalizada no prazo de cento e vinte dias a contar da data de implantação da tabela, conforme estabelece o *caput* do art. 2º, na forma do Termo de Opção constante do Anexo II desta Lei.

§ 1º A opção de enquadramento disciplinada no *caput* deste artigo implica renúncia às parcelas de valores incorporados ou a incorporar à remuneração por decisão administrativa ou judicial, referentes às perdas decorrentes da conversão de Cruzeiro Real em URV do ano de 1994, que vencerem após o início dos efeitos financeiros da implantação dos valores constantes do Anexo I desta Lei.

§ 2º Os valores incorporados à remuneração, objeto da renúncia a que se refere o § 1º deste artigo, que forem pagos aos ativos, aos inativos e aos pensionistas, por decisão administrativa ou judicial, sofrerão redução proporcional quando da implantação da tabela constante do Anexo I desta Lei.

§ 3º Implementada a tabela constante do Anexo I desta Lei, o valor eventualmente excedente continuará a ser pago como vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita apenas ao índice de reajuste aplicável à tabela de subsídio dos militares, a título de revisão geral dos subsídios, respeitado o que dispõe o § 2º deste artigo.

§ 4º A opção de que trata o *caput* deste artigo sujeita os efeitos financeiros de ações judiciais em curso referentes às perdas decorrentes da conversão de Cruzeiro Real em URV do ano de 1994, cujas decisões sejam prolatadas após o início da vigência da tabela de subsídio de que trata esta Lei, aos critérios estabelecidos neste artigo.



§ 2º Considera-se existente o plano publicado antes da audiência pública em que se divulgar a minuta de contrato de programa.

§ 3º Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato, sob pena de nulidade, deverão ser compatíveis com o plano de saneamento básico.

§ 4º A viabilidade mencionada no inciso II do caput pode ser demonstrada mediante a mensuração da necessidade de aporte de outros recursos além dos emergentes da prestação dos serviços, especialmente os de subsídios não-tarifários.

§ 5º As normas de regulação a que se refere o inciso III do caput deverão atender, no mínimo, ao previsto no § 2º, e incisos, do art. 11 da Lei federal nº 11.445, de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB).

§ 6º É defeso à Concessionária Estadual de Saneamento Básico celebrar contrato de programa cujo prazo de vigência seja inferior a vinte anos.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. O art. 38 da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38. A Secretaria de Estado da Saúde tem por finalidade planejar, coordenar e controlar as ações relativas às áreas de saúde, bem como formular, coordenar e implementar a Política Estadual de Saneamento Básico e monitorar e avaliar a execução de suas ações.”

Art. 25. O art. 58 da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 58.

Parágrafo único. Para viabilizar o aumento de investimentos nos serviços públicos de saneamento básico, poderão ser criadas empresas subsidiárias da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão - CAEMA, bem como poderão ser realizadas parcerias entre a CAEMA e outras empresas públicas ou privadas atuantes no setor, especialmente mediante o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).”

Art. 26. Os serviços de saneamento básico, atualmente prestados por entidade estadual, deverão ser adaptados às disposições desta Lei, ficando sujeitos à regulação e à fiscalização pela autarquia estadual de regulação de serviços públicos, salvo se estas competências tiverem sido atribuídas a entidade que atenda ao disposto no art. 21 da Lei Federal nº 11.445, de 2007.

Art. 27. Ficam ratificados os convênios de cooperação e os contratos de concessão, contratos de programa e outros atos de delegação relativos a serviços de saneamento básico celebrados pelo Estado e pela CAEMA anteriormente a esta Lei.

Art. 28. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, nos 60 (sessenta dias) posteriores ao da publicação desta Lei, atendidos os

termos do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais especiais até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para fazer frente às despesas do Programa Planejar o Saneamento’.

Art. 29. O chefe do Poder Executivo, por decreto, regulamentará esta Lei, dispondo sobre outros aspectos da Política Estadual de Saneamento Básico, especialmente sobre as microrregiões administrativas de saneamento básico e a participação do Estado em consórcios públicos.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 12 DE JANEIRO DE 2009, 188º DA INDEPENDÊNCIA E 121º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

ABDELAZIZ ABOUD SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

JOSÉ DE JESUS DO ROSÁRIO AZZOLINI
Secretário de Estado da Fazenda

ANA SILVIA TAVARES SILVA
Secretária de Estado da Administração e Previdência Social, em exercício

EDMUNDO COSTA GOMES
Secretário de Estado da Saúde

TELMA COSTA THOMÉ TRAVINCAS
Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

LEI Nº 8.924 DE 12 DE JANEIRO DE 2009

Acrescenta dispositivos aos anexos I, II, III da Lei nº 8.838, de 11 de julho de 2008, que reorganiza o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos I, II e III da Lei nº 8.838, de 11 de julho de 2008, ficam acrescidos dos seguintes dispositivos:

ANEXO I

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARREIRAS E CARGOS

ATUAIS			REORGANIZADOS				
Carreira	Cargos	Nível	Carreira	Cargos		Faixa	
						Classe	Nível
Pedagogia	Pedagogo	01 a 09	Técnico Administrativo	Técnico de Gestão Administrativa		A	1 a 3
						B	1 a 3
						C	1 a 3

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURA DE CARGOS

GRUPO OCUPACIONAL	CATEGORIA FUNCIONAL	CARREIRA	CARGO	ESPECIALIDADE	ÁREA	QUALIFICAÇÃO EXIGIDA PARA O INGRESSO	CLASSE	NÍVEL SAL.
				Pedagogia	Educação	Nível superior com curso em pedagogia		

ANEXO III

DESCRIÇÕES DE CARGOS

DESCRIÇÃO DO CARGO
DENOMINAÇÃO DO CARGO
TÉCNICO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (TGA)

ESTRUTURA DO CARGO	
Grupo Ocupacional	Atividades de Gestão Administrativa de Nível Superior
Categoria Funcional	Gestão Administrativa de Nível Superior
Carreira	Técnico Administrativo
Classe	A, B e C
Especialidade	Pedagogia
Área	Educação
Nível	1 a 10

DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Planejar, organizar e executar atividades de natureza educacional a servidores da Instituição, bem como a seus dependentes, num exercício pautado na reflexão permanente acerca das ações, relações, atitudes, valores e conteúdos explícitos e implícitos presentes no complexo ao ato de ensinar e aprender.

TAREFAS TÍPICAS
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver atividade investigativa com foco na educação visando equacionar as diferenças individuais; Buscar propostas na área de educação com vistas a garantir ao servidor uma aprendizagem significativa; Realizar atividades de formação continuada, tomando por referência as competências do servidor; Realizar estudos, debates e campanhas com vista à ampliação do horizonte de cada servidor; Viabilizar projetos de cunho institucional e específico a cada área; Desenvolver a <i>práxis</i> pedagógica voltada para o pensar, o agir, o refletir como base para proporcionar a autonomia de cada servidor; Coordenar campanhas formativas e informativas dentro do contexto atual; Despertar a consciência cidadã do servidor visando uma convivência amena justa e respeitosa; Elaborar relatórios periódicos com vistas à socialização de informações sobre pautas desenvolvidas; Construir gráficos estatísticos com dados informativos sobre ações trabalhadas.



REQUISITOS BÁSICOS

Escolaridade: Formação de Nível Superior em Pedagogia

Outros – Registro Profissional

- Conhecimento em informática; e
- Ser aprovado em concurso público

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 12 DE JANEIRO DE 2009, 188º DA INDEPENDÊNCIA E 121º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

ABDELAZIZ ABOUD SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

ANA SILVIA TAVARES SILVA
Secretária de Estado da Administração e Previdência Social, em exercício

JOSÉ DE JESUS DO ROSÁRIO AZZOLINI
Secretário de Estado da Fazenda

LEI Nº 8.925 DE 12 DE JANEIRO DE 2009

Dispõe sobre o Dia Estadual do Ouvinte de Rádio no Estado do Maranhão.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o dia 21 de setembro de cada ano como o Dia Estadual do Ouvinte de Rádio no Estado do Maranhão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 12 DE JANEIRO DE 2009, 188º DA INDEPENDÊNCIA E 121º DA REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 8.926 DE 12 DE JANEIRO DE 2009

Institui o auxílio-alimentação para os servidores do quadro efetivo de pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído auxílio-alimentação, no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por dia trabalhado, a título de indenização, aos servidores do quadro efetivo de pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, desde que estejam em efetivo exercício.

Art. 2º O auxílio-alimentação não se incorpora aos vencimentos nem constitui salário-contribuição para a previdência social.

Art. 3º O auxílio-alimentação não será pago nas férias, afastamentos, licenças, nem quando o servidor encontrar-se recebendo diárias.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2009.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CIV Nº 251 SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2010 EDIÇÃO DE HOJE: 42 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	07
Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social	08
Secretaria de Estado da Indústria e Comércio	15
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico	15
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	22
Secretaria de Estado da Segurança Pública	27

Esta edição publica em Suplemento, Atos de Nomeações Coletivos de Professores (Portadores de Deficiência, Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e Educação Especial.

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 9.324 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Cria a Fundação da Cidadania e Justiça e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada no Poder Judiciário do Maranhão a Fundação da Cidadania e Justiça, com sede e foro na cidade de São Luís e duração indeterminada.

Art. 2º A Fundação da Cidadania e Justiça subsidiará o Tribunal de Justiça do Maranhão na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e de crianças e adolescentes em situação de risco, inclusive com o objetivo de adoção, bem como nos demais projetos especiais.

§ 1º Quando da proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, a Fundação da Cidadania e Justiça terá como finalidade o acolhimento, oferecendo assistência médica e psicológica, alimento, vestuário, atividades profissionalizantes e proteção das mulheres vítimas de violência doméstica e de eventuais filhos menores de dezoito anos, que venham a ser abrigados.

§ 2º Quando da proteção às crianças e adolescentes vítimas de abandono familiar, a Fundação da Cidadania e Justiça terá como finalidade o acolhimento, oferecendo assistência médica e psicológica, alimento, vestuário, atividades pedagógicas e educativas e proteção, até a adoção ou retorno ao lar, ou ainda até a idade limite de dezoito anos.

§ 3º Serão promovidos também outros projetos especiais de alcance social, ligados ao Poder Judiciário do Maranhão, tais como Casamentos Comunitários, campanhas de registro de nascimento, regularização de imóveis, dentre outros.

Art. 3º À Fundação da Cidadania e Justiça serão transferidas as competências, o acervo, as obrigações, os direitos, as receitas e as dotações orçamentárias da Coordenação de Atividades Especiais do Tribunal de Justiça.

§ 1º É o Poder Judiciário autorizado a transferir para o serviço da Fundação da Cidadania e Justiça os imóveis, próprios ou locados, que sejam necessários ao desenvolvimento das suas atividades.

§ 2º O patrimônio da Fundação da Cidadania e Justiça será ainda constituído pelos bens móveis e imóveis que venha a adquirir, inclusive mediante doações e legados de pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 4º Constituem receitas da Fundação da Cidadania e Justiça:

I - as dotações consignadas na Lei Orçamentária do Estado do Maranhão;

II - os auxílios e as subvenções concedidas por entidades de direito público ou de direito privado;

III - as rendas de quaisquer espécies produzidas por seus bens ou atividades;

IV - as contribuições provenientes de entidades nacionais ou internacionais;

V - os saldos financeiros dos exercícios;

VI - as doações de pessoas físicas ou jurídicas;

VII - outras rendas eventuais.

Art. 5º Os órgãos administrativos da Fundação da Cidadania e Justiça são:

I - Conselho de Curadores;

II - Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva; e

IV - Coordenações técnicas.

Art. 6º O estatuto da Fundação da Cidadania e Justiça será elaborado por resolução do Plenário do Tribunal de Justiça, dispondo obrigatoriamente sobre a organização e o funcionamento dos órgãos de que trata artigo anterior e das atividades relativas à proteção de mulheres vítimas de violência doméstica, de crianças e adolescentes vítimas de abandono familiar e dos demais projetos especiais de interesse do Poder Judiciário.

Art. 7º Os servidores necessários ao funcionamento da Fundação da Cidadania e Justiça serão cedidos pelo Tribunal de Justiça, dentre os servidores do quadro do Poder Judiciário ou requisitados de outros órgãos da Administração Pública.

Art. 8º No caso de dissolução da Fundação da Cidadania e Justiça, seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio do Poder Judiciário do Maranhão.



Art. 9º O presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de noventa dias, contados da data da publicação desta lei, adotará as providências necessárias para a constituição da Fundação da Cidadania e Justiça.

Art. 10. Fica o Poder Judiciário do Maranhão autorizado a remanejar os créditos orçamentários da Coordenação de Atividades Especiais do Tribunal de Justiça, para atender às despesas de constituição, instalação e manutenção da Fundação da Cidadania e Justiça.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Secretária-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 30 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY

Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO

Secretária-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 9.325 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Denomina Terezinha de Jesus Silva Borges, a Unidade Escolar de Ensino Médio localizada na sede do Município de Pedro do Rosário.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Terezinha de Jesus Silva Borges, a Unidade de Ensino Médio, da rede Pública Estadual de Ensino localizada na Sede do Município de Pedro do Rosário.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Secretária-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 30 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY

Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO

Secretária-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 9.326 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Altera a redação dos arts. 10-A e 22 da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003; altera a redação do art. 3º e dos anexos I e II, todos da Lei nº 8.727, de 07 de dezembro de 2007; altera a redação do art. 7º-A da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007; acrescenta o art. 7º-D a essa mesma Lei; cria e extingue cargos efetivos no quadro do Poder Judiciário e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 10-A da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10-A. Ao servidor efetivo ou estável no exercício de cargo em comissão, além dos vencimentos de seu cargo de origem, será atribuída gratificação de representação equivalente à diferença de vencimento do cargo em comissão e do vencimento do cargo efetivo, acrescida de quarenta por cento do vencimento do cargo efetivo.

Parágrafo único. Quando o vencimento do cargo em comissão for inferior ao vencimento do cargo efetivo, a gratificação de representação será de quarenta por cento do vencimento do servidor.”

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 5% (cinco por cento) a cada cinco anos de efetivo serviço público estadual, observado o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) incidente exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo.

Parágrafo único. O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o quinquênio.”

Art. 3º O art. 3º e os Anexos I e II da Lei nº 8.727, de 07 de dezembro de 2007, passam a vigorar com seguinte redação:

“Art. 3º O quantitativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário com as respectivas simbologias e vencimentos é o constante dos Anexos I e II.

§ 1º O Tribunal disporá sobre a denominação das unidades que compõem a estrutura básica do Poder Judiciário, bem como o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas, com suas respectivas denominações, competências, atribuições e lotações.

§ 2º O Tribunal fica autorizado a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, as funções gratificadas e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

ANEXO: I

SIMBOLOGIA	QUANTIDADE	VENCIMENTO EM R\$
CNES	1	12.372,68
CDGA	178	10.948,62
CDAS-1	10	8.033,32
CDAS-2	126	6.734,82
CDAS-3	90	5.740,29



CDAS-4	89	5.285,43
CDAS-5	111	4.881,23
CDAS-6	148	3.945,35
CDAS-7	93	3.301,06
CDAI-1	332	3.602,55
CDAI-2	53	2.774,33
CDAI-3	101	1.805,13

ANEXO: II

SIMBOLOGIA	QUANTIDADE	VENCIMENTO EM R\$
FG-3	39	1.321,63
FG-2	40	881,09
FG-1	85	550,68

Art. 4º O caput do art. 7º-A da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º-A O Poder Judiciário disporá, por resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal de auxílio alimentação, por dia trabalhado, aos servidores públicos ativos pertencentes ao seu quadro de pessoal, aos requisitados de outros órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal, inclusive policiais e bombeiros militares, e também aos estagiários.”

Art. 5º Fica acrescentado o art. 7º-D à Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 7º-D O Poder Judiciário disporá, por resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal da Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ e anual da Gratificação por Produtividade Judiciária - GPJ, que terão a seguinte composição:

I - 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a título de Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ;

II - até o limite de 100% (cem por cento) do vencimento base do cargo efetivo, a título de Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ, pelo alcance de metas de produtividade fixadas pelo Tribunal de Justiça;

III - até o limite de 100% (cem por cento) do vencimento base do cargo de técnico judiciário, para os cargos comissionados de simbologia CDAI; e do vencimento base do cargo de analista judiciário, para os cargos comissionados de simbologias CDAS, CDGA e CNES; em ambos os casos a título de Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ, pelo alcance de metas de produtividade fixadas pelo Tribunal de Justiça.

§ 1º A opção pela Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ implicará obrigatoriedade ao regime de trabalho de oito horas diárias ou sete ininterruptas e a execução de atividades diferenciadas de suas funções.

§ 2º A Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ será paga até 20 de abril do ano seguinte à vigência das metas de produtividade, na razão direta e proporcional ao alcance dos resultados e nos limites fixados pelo Tribunal de Justiça.

§ 3º É vedada a concessão da Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ sem a prévia fixação de metas e a individualização do limite de servidores que a ela terão direito.”

Art. 6º As gratificações criadas pelo art. 7º-D da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, acrescentado pelo artigo anterior desta Lei serão implantadas gradualmente, condicionadas à disponibilidade orçamentária, regulamentadas por resolução do Tribunal de Justiça, e obedecendo os seguintes limites:

I - até um terço dos servidores do quadro do Poder Judiciário no ano de 2010;

II - até dois terços dos servidores do quadro do Poder Judiciário no ano de 2011;

III - até a totalidade dos servidores do quadro do Poder Judiciário no ano de 2012.

Art. 7º Os cargos de Secretário Judicial de Entrância Intermediária, simbologia CDAS-6, e Secretário Judicial de Entrância Inicial, simbologia CDAS-7, passam a ter seus vencimentos fixados na forma do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Os cargos de simbologia CDAS-6 e CDAS-7 passarão à simbologia CDAS-5 a partir de janeiro de 2012.

Art. 8º Ficam criados no Quadro do Poder Judiciário 41 (quarenta e um) cargos de analista judiciário para a Justiça de 1º Grau.

Art. 9º Ficam extintos 256 (duzentos e cinquenta e seis) cargos de auxiliar de serviços operacionais; e extintos, a vagar, 33 (trinta e três) cargos efetivos de auxiliar judiciário, especialidade motorista.

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Secretária-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 30 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY

Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO

Secretária-Chefe da Casa Civil

JOSÉ HENRIQUE CAMPOS FILHO

Secretário de Estado da Administração e Previdência Social

ANEXO: I

CARGOS	Vigência / Vencimento em Reais			
	Set/10	Jan/11	Jul/11	Jan/12
Secretário Judicial de Entrância Intermediária	3.945,35	4.413,29	4.764,25	4.881,23
Secretário Judicial de Entrância Inicial	3.301,06	4.091,14	4.683,71	4.881,23



LEI Nº 9.327 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Proíbe que profissionais da área de saúde usem jaleco, aventais ou outro tipo de vestimenta de proteção individual de trabalho, em ambientes públicos, no Estado do Maranhão e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os profissionais da área de saúde, proibidos de utilizarem jalecos, aventais e outros equipamentos afins, em ambientes públicos, principalmente onde servem refeições como bares, lanchonetes, restaurantes, e outros afins, devendo usá-los apenas dentro da unidade de saúde.

Art. 2º (Vetado).

Art. 3º (Vetado).

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Secretária-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 30 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO
Secretária-Chefe da Casa Civil

LEI COMPLEMENTAR Nº 133 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Altera a redação do art. 78 e acrescenta o art. 78-A à Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão).

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido o inciso XI ao art. 78 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), com a seguinte redação:

“Art. 78.

(...)

XI – Gratificação de Direção de Fórum.”

Art. 2º (Vetado).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei Complementar pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Secretária-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 30 DE DEZEMBRO DE 2010, 189º DA INDEPENDÊNCIA E 122º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

OLGA MARIA LENZA SIMÃO
Secretária-Chefe da Casa Civil

MENSAGEM Nº 066/2010 - SÃO LUÍS, 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 64, IV, da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 212/2010, que proíbe que profissionais da área da saúde usem jalecos, aventais e outro tipo de vestimenta de proteção individual de trabalho em ambientes públicos no Estado do Maranhão.

Ao fazer-lhe a presente comunicação, passo às mãos de Vossa Excelência as razões do veto, as quais, como há de convir essa augusta Assembleia, justificam-no plenamente.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos seus ilustres pares meus protestos de consideração e apreço.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MARCELO TAVARES SILVA
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
Palácio Manoel Bequimão
Local

Veto parcial ao Projeto de Lei nº 212/2010, que proíbe que profissionais da área da saúde usem jalecos, aventais e outro tipo de vestimenta de proteção individual de trabalho em ambientes públicos no Estado do Maranhão.

No uso das atribuições que me confere o art. 64, IV, da Constituição Estadual, oponho veto parcial ao Projeto de Lei de nº 212/2010.

RAZÕES DO VETO:

A matéria veiculada nos arts. 2º e 3º, *caput*, e parágrafo único do Projeto de Lei nº 212/2010, ora sob análise, está inserida dentre aquelas reservadas à iniciativa de lei privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme previsto no art. 43, V, da Constituição Estadual, de



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO



ANO CVI Nº 239 SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2012 EDIÇÃO DE HOJE: 10 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	02
Secretaria de Estado da Fazenda	07
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca	07
Secretaria de Estado da Educação	08

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 9.727, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012.

Obriga fabricantes e empresas de distribuição de medicamentos a procederem à coleta seletiva e destinação adequada de medicamentos vencidos e implantar política de informação sobre os riscos causados por esses produtos, no âmbito do Estado, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os fabricantes e empresas de distribuição de medicamentos responsáveis pela coleta e destinação adequada dos produtos comercializados nas redes de farmácias ou drogarias que estejam vencidos.

§ 1º Para efeito desta Lei, consideram-se fabricantes as indústrias de manipulação de fórmulas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

§ 2º Nos termos desta Lei consideram-se empresas de distribuição, a distribuidora e os fornecedores de insumos e medicamentos aos estabelecimentos de manipulação de fórmulas, insumos farmacêuticos e correlatos.

Art. 2º As empresas distribuidoras de medicamentos deverão desenvolver política de informação sobre os riscos causados pelos medicamentos vencidos e pelo destino das sobras de medicamentos usados em tratamentos, que será efetivada através das seguintes medidas:

I - realização de campanhas educativas de esclarecimento e prevenção, alertando sobre o risco potencial causado à saúde pública e ao meio ambiente, pela destinação inadequada das sobras de medicamentos, pelo uso indevido ou pela utilização incorreta de medicamentos vencidos;

II - instalação de recipientes adequados nas farmácias para a efetivação da coleta seletiva de medicamentos vencidos e aqueles que sobram do tratamento de pacientes, e não têm um local apropriado para o seu destino;

III - promoção de campanhas para a divulgação dos locais dos pontos destinados à coleta seletiva de medicamentos vencidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei ocorrerão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º (Vetado).

Art. 5º (Vetado).

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 11 DE DEZEMBRO DE 2012, 191ª DA INDEPENDÊNCIA E 124ª DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

RICARDO JORGE MURAD
Secretário de Estado da Saúde

LEI Nº 9.728, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012.

Cria, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, cargos destinados a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados no Quadro do Poder Judiciário, para a Unidade de Monitoramento, os seguintes cargos:

I - um cargo em comissão, símbolo CDAS 2; três cargos em comissão, símbolo CDAS 4 e três funções gratificadas FG 03;

II - seis cargos efetivos de Analista Judiciário; seis cargos efetivos de Técnico Judiciário e três cargos efetivos de Auxiliar Judiciário.

Parágrafo único. Os cargos comissionados da Unidade de Monitoramento são de indicação e nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça.



Art. 2º Ficam criados no Quadro do Poder Judiciário dois cargos de Analista Judiciário, sendo um de arquivista e o outro de historiador.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário do Maranhão.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 11 DE DEZEMBRO DE 2012, 191º DA INDEPENDÊNCIA E 124º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

➤ **LEI Nº 9.729, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012.**

Cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário:

I - quatro cargos em comissão, símbolo CDAS-2;

II - cinco cargos em comissão, símbolo CDAS-5;

III - dois cargos em comissão, símbolo CDAI-2;

IV - três cargos efetivos de Analista Judiciário;

V - seis cargos efetivos de Técnico Judiciário;

VI - cinco cargos de Auxiliar Judiciário; e

VII - sete funções gratificadas, símbolo FG-02.

Parágrafo único. Fica transformado em simbologia CDGA um cargo em comissão símbolo CDAS-1.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 11 DE DEZEMBRO DE 2012, 191º DA INDEPENDÊNCIA E 124º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

CASA CIVIL

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 107 da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, e o disposto no Boletim Geral nº 236/2011-PMMA, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Agregar ao Quadro de Praças da Polícia Militar do Estado do Maranhão o SD PM Nº 502/01 - ALEXANDRE JÚLIO FONSECA SANTOS, Matrícula nº 135186, de acordo com a alínea "e", inciso I, § 1º, do art. 106 da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, devendo ser assim considerado a partir de 26 de dezembro de 2011.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 10 DE DEZEMBRO DE 2012, 191º DA INDEPENDÊNCIA E 124º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

ALUÍSIO GUIMARÃES MENDES FILHO
Secretário de Estado da Segurança Pública

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Processo nº 7489/2012-SSPMA, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, EMERSON ARLEY RODRIGUES SANTOS, Investigador de Polícia, 3ª Classe, Nível 4, Matrícula nº 1978394, do Grupo Ocupacional Atividades de Polícia Civil, do quadro da Secretaria de Estado da Segurança Pública, nos termos do art. 41 da Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado), devendo ser assim considerado a partir de 14 de novembro de 2012.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO



ANO CVII Nº 083 SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2013 EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Defensoria Pública do Estado	03
Secretaria de Estado da Gestão e Previdência	03
Secretaria de Estado da Fazenda	07
Secretaria de Estado da Infraestrutura	22
Secretaria de Estado da Saúde	22
Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio ..	23
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar	24
Secretaria de Estado da Educação	24
Secretaria de Estado da Cultura	29
Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária ..	30
Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão	31

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 9.807, DE 30 DE ABRIL DE 2013.

Cria, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, cargos destinados à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados no quadro de pessoal do Poder Judiciário, para a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar:

- I - um cargo em comissão, CDAS-2;
- II - dois cargos efetivos de Analista Judiciário;
- III - um cargo efetivo de Técnico Judiciário.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 30 DE ABRIL DE 2013, 192ª DA INDEPENDÊNCIA E 125ª DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

LEI Nº 9.808, DE 30 DE ABRIL DE 2013.

Adequa os subsídios dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão ao novo subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com art. 108, da Lei Complementar Estadual nº 13/91.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal de Procurador de Justiça do Estado do Maranhão, referido no art. 106, § 1º da Lei Complementar Estadual nº 13/91, e observando o disposto no art. 37, incisos X e XI, da Constituição Federal, será de:

I - R\$ 25.323,51 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos) a partir de 1º de janeiro de 2013;

II - R\$ 26.589,68 (vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e nove reais sessenta e oito centavos) a partir de 1º de janeiro de 2014;

III - R\$ 27.919,16 (vinte e sete mil, novecentos e dezenove reais e dezesseis centavos) a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 2º Os subsídios dos Promotores de Justiça do Maranhão observarão a regra de escalonamento contida no § 2º do art. 106 da Lei Complementar Estadual nº 13/91.

Art. 3º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público do Estado do Maranhão, com eventuais suplementações, legalmente previstas.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CVII Nº 089 SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 09 DE MAIO DE 2013 EDIÇÃO DE HOJE: 22 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	05
Comissão Central Permanente de Licitação	09
Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	10
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ...	11
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar	17
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania	18
Secretaria de Estado da Educação	19

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 9.814, DE 9 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão ficam reajustados em 6,31% (seis vírgula trinta e um por cento) a partir de março de 2013.

DECRETO Nº 29.048, DE 9 DE MAIO DE 2013.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no art. 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64, no inciso I do art. 5º e no inciso IV do art. 7º da Lei Estadual nº 9.756 de 15.01.2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor da Universidade Estadual do Maranhão, crédito suplementar no valor de R\$ 184.350,91 (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais e noventa e um centavos), para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial da Universidade Estadual do Maranhão no exercício de 2012 no valor de R\$ 184.350,91 (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais e noventa e um centavos), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Art. 3º A implantação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2013.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 9 DE MAIO DE 2013, 192ª DA INDEPENDÊNCIA
E 125ª DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

Abre ao Orçamento do Estado, em favor da Universidade Estadual do Maranhão, crédito suplementar no valor de R\$ 184.350,91 (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais e noventa e um centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO



ANO CVII Nº 164 SÃO LUÍS, SEXTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 2013 EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Secretaria de Estado da Gestão e Previdência	02
Secretaria de Estado da Infraestrutura	10
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ...	10
Secretaria de Estado da Educação	17
Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio ..	19
Secretaria de Estado da Segurança Pública	20

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 9.893, DE 23 DE AGOSTO DE 2013.

Cria o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos, Cargos Comissionados e Funções Gratificadas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania, que obedecerão às diretrizes e aos objetivos previstos nesta Lei.

§ 1º O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos será composto por magistrados, da ativa ou aposentados, e por servidores, escolhidos preferencialmente dentre os atuantes na área.

§ 2º Compete ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos:

I - desenvolver a política judiciária estadual de tratamento adequado dos conflitos de interesses;

II - planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política e das metas desta;

III - atuar na interlocução com outros Tribunais e com Entidades parceiras, públicas e privadas, inclusive universidades e instituições de ensino.

IV - instalar Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, que concentrarão a realização das sessões de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e de mediadores dos órgãos por eles abrangidos;

V - promover capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, de servidores, de conciliadores e de mediadores nos métodos consensuais de solução de conflitos;

VI - na hipótese de conciliadores e mediadores que atuem em seus serviços, criar e manter cadastro, de forma a regulamentar o processo de inscrição e de desligamento;

VII - regulamentar, se for o caso, a remuneração de conciliadores e de mediadores, nos termos da legislação específica;

VIII - incentivar a realização de cursos e de seminários sobre mediação e conciliação e outros métodos consensuais de solução de conflitos;

IX - firmar, quando necessário, convênios e parcerias com entes públicos e privados para atender aos fins desta Lei;

X - exercer outras atribuições previstas em norma regulamentar a ser editada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

§ 3º Incumbe aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania, dentre outras funções estabelecidas em resolução a ser editada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, a realização de sessões e de audiências de conciliação e de mediação, bem como o atendimento e a orientação ao cidadão acerca dos métodos consensuais de solução de conflitos.

Art. 2º Ficam criados no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão:

I - 2 (dois) cargos comissionados de Secretário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania, simbologia CDAI - 2;

II - 10 (dez) funções gratificadas, simbologia FG-03.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 23 DE AGOSTO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil



“Art. 9º (...)

(...)

§ 4º As ações que envolvam interesses difusos e coletivos e que tenham como parte a Fazenda Pública Estadual ou Municipal são de competência da Vara de Interesses Difusos e Coletivos”.

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei Complementar pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 1º DE AGOSTO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

LEI Nº 9.882, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.

Cria Cargo em Comissão e Funções
Gratificadas no Quadro de Pessoal do
Poder Judiciário e dá outras providências.

LEI Nº 9.883, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos II e VI da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, passam a vigorar conforme Anexo I e II desta Lei, respectivamente.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 1º DE AGOSTO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário:

I - um cargo em comissão, Símbolo CDAS-4;

II - duas funções gratificadas, Símbolo FG-01.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 1º DE AGOSTO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

Altera a Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, que reorganiza o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão e dá outras providências.



ANEXO I

LINHA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	GRUPO OCUPACIONAL	CARGO
Atividade de Nível Superior - ANS	Analista Judiciário A Analista Judiciário B Analista Judiciário C Administrador Assistente Técnico Assistente Social Bibliotecário Dentista Médico Taquígrafo	Atividade de Nível Superior	Analista Judiciário
Atividades de Oficial de Justiça - OFJ	Oficial de Justiça de 1ª a 4ª Entrância Oficiais de Justiça A Oficiais de Justiça B Oficiais de Justiça C Oficiais de Justiça D	Atividades Judiciárias	Oficial de Justiça
Atividades de Nível Médio	Comissário de Menores	Atividades Judiciárias Especiais	Comissário de Justiça da Infância e Juventude
Atividade de Nível Médio - ANM	Técnico Judiciário A Técnico Judiciário B Agente Judiciário Administrativo Técnico em Contabilidade Assistente de Administração Datilógrafo	Atividade de Nível Médio Técnico	Técnico Judiciário
Serviços Auxiliares	Auxiliar Judiciário Motorista Telefonista Agente Segurança Judiciário Encadernador Oficial de Manutenção	Serviços Auxiliares Administrativos	Auxiliar Judiciário
Atividades de Apoio Operacional	Auxiliar de Enfermagem Auxiliar Operacional de Serviços Diversos Auxiliar de Serviços de Saúde Auxiliar de Serviços Gerais Vigia	Atividades de Apoio Operacional	Auxiliar de Serviço Operacional

ANEXO II

POSICIONAMENTO NA TABELA SALARIAL

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	SITUAÇÃO	GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	SITUAÇÃO NOVA	
					CLASSE	PADRÃO
Atividade de Nível Superior - ANS	Analista Judiciário A	5-A a 8-I	Atividade de Nível Superior	Analista Judiciário	A	1
	Analista Judiciário B	4-A a 7-I				
	Analista Judiciário C	3-E a 7-D				
	Administrador	1 a 9				
	Assistente Técnico					
	Assistente Social					
	Bibliotecário					
	Dentista					
	Médico					
Taquígrafo						
Atividades de Oficial de Justiça -OFJ	Oficial de Justiça	1ª a 4ª Entrância	Atividades Judiciárias	Oficial de Justiça	A	1
	Oficiais de Justiça A	3-E a 7-D				
	Oficiais de Justiça B	3-A a 6-I				
	Oficiais de Justiça C	2-E a 6-D				
	Oficiais de Justiça D	2-C a 6-B				
Atividades de Nível Médio	Comissário de Menor	3-E a 7-D 18 a 25	Atividades Judiciárias Especiais	Comissário de Justiça da Infância e Juventude	A	1
Atividades de Nível Médio- ANM	Técnico Judiciário A	3-A a 6-I	Atividade Técnico de Nível Médio	Técnico Judiciário	A	1
	Técnico Judiciário B	2-E a 6-D				
	Agente Judiciário Administrativo					
	Técnico em Contabilidade	18 a 25				
	Assistente de Administração					
	Datilógrafo	12 a 19				



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO



ANO CVII Nº 180 SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2013 EDIÇÃO DE HOJE: 10 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Secretaria de Estado da Representação Institucional no Distrito Federal	03
Secretaria de Estado da Infraestrutura	03
Secretaria de Estado da Fazenda	03
Secretaria de Estado da Saúde	08
Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio ..	08
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ..	09
Secretaria de Estado da Educação	10

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 9.916, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.

Cria cargos no quadro do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados no quadro do Poder Judiciário do Maranhão os seguintes cargos efetivos:

I - trinta cargos de Analista Judiciário;

II - dez cargos de Comissário da Infância e Juventude;

DECRETO Nº 29.373, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64 e no inciso V do art. 5º da Lei Estadual nº 9.756 de 15.01.2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, crédito suplementar no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação Orçamentária na Reserva de Contingência no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

III - trinta cargos de Técnico Judiciário.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei corre por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 16 DE SETEMBRO DE 2013, 192ª DA INDEPENDÊNCIA E 125ª DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY

Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU

Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA

Secretário de Estado da Gestão e Previdência

Abre ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, crédito suplementar no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CVII Nº 180 SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2013 EDIÇÃO DE HOJE: 10 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Secretaria de Estado da Representação Institucional no Distrito Federal	03
Secretaria de Estado da Infraestrutura	03
Secretaria de Estado da Fazenda	03
Secretaria de Estado da Saúde	08
Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio ..	08
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ..	09
Secretaria de Estado da Educação	10

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 9.916, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.

Cria cargos no quadro do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados no quadro do Poder Judiciário do Maranhão os seguintes cargos efetivos:

I - trinta cargos de Analista Judiciário;

II - dez cargos de Comissário da Infância e Juventude;

DECRETO Nº 29.373, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64 e no inciso V do art. 5º da Lei Estadual nº 9.756 de 15.01.2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, crédito suplementar no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação Orçamentária na Reserva de Contingência no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

III - trinta cargos de Técnico Judiciário.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei corre por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 16 DE SETEMBRO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY

Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU

Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA

Secretário de Estado da Gestão e Previdência

Abre ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, crédito suplementar no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

**LEI Nº 10.156 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

Dispõe sobre o reajuste nos vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 2º combinado com o § 6º, do art. 47, da Constituição do Estado do Maranhão, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Os vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão ficam reajustados em 4,3% (quatro vírgula três por cento) a partir de janeiro de 2014.

Art. 2º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Art. 3º - A implantação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169, da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2014.

MANDA, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir na forma em que se encontra redigida. O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, a faça imprimir, publicar e correr.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL” DO PALÁCIO “MANOEL BEQUIMÃO”, em 04 de novembro de 2014. Deputado ARNALDO MELO - Presidente.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA**

DIA: 11/11/2014 (Terça-Feira)

HORÁRIO: 08h30min

ASSUNTO: PARECER DE CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

01- PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 005/2014, de autoria do Senhor Deputado Zé Carlos, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo Especial de Desenvolvimento da Agricultura Familiar-FUNEDAF - RELATOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO;

02- PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 004/2014, de autoria do Senhor Deputado Rogério Cafeteira, que altera a redação do §3º, do art. 29, da Constituição do Estado, estabelecendo a vedação de reeleição da Mesa Diretora- RELATOR DEPUTADO ALEXANDRE ALMEIDA;

03- PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 006/2014, de autoria do Senhor Deputado Carlos Alberto Milhomem, que visa alterar a redação do § 1º, do art. 61, da Constituição Estadual do Maranhão, fundamentalmente alterando o prazo das eleições indiretas para Governador do Estado de 30 (trinta) dias para até 10 (dez) dias - RELATOR DEPUTADO ALEXANDRE ALMEIDA;

04- PROJETO DE LEI Nº 199 /2014(Parecer Conjunto), de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre normas para celebração de convênios e instrumentos congêneres por órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências - RELATOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO;

05- PROJETO DE LEI Nº 183/2014, de autoria da Senhora Deputada Francisca Primo, que dispõe sobre a criação do Programa Permanente de Capacitação aos Servidores Públicos do Estado do Maranhão para que atendam portadores de necessidades especiais e idosos, e dá outras providências - RELATOR DEPUTADO OTHELINO NETO;

06- PROJETO DE LEI Nº 141/2014, de autoria do Senhor Deputado Neto Evangelista, que denomina de “Batalhão Ambiental Tenente Baldez”, o Prédio Público Estadual, onde encontra-se instalado Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Maranhão, localizado no Parque Estadual do Bacanga s/n- Vila dos Frades, Bairro Coroadinho, em São Luís, neste Estado - RELATORA DEPUTADA FRANCISCA PRIMO;

07- PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 024/2014, de autoria do Senhor Deputado Carlos Alberto Milhomem, que denomina “Complexo de Comunicação Deputado Carlos Melo”, o Complexo de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão - RELATORA DEPUTADA FRANCISCA PRIMO;

Diretoria Legislativa- Sala das Comissões “Deputado Léo Franklin”, em 06 de novembro de 2014. Máneton Antunes de Macêdo - Diretor Adjunto Legislativo.

**RESENHA DE EXPEDIENTE
MESA DIRETORA****1 – RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA**

N.º 540/2014, de 06 de novembro de 2014 e tendo em vista a solicitação do Deputado CARLINHOS FLORÊNCIO, **nomeando MARCELO DA SILVA LEAL**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-1 de Assistente Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal deste Poder, devendo seus efeitos retroagirem a 1º de outubro do ano em curso.

N.º 541/2014, de 06 de novembro de 2014 e tendo em vista a solicitação do Deputado OTHELINO NETO, **exonerando TAMMY OLIVEIRA SANTOS**, do Cargo em Comissão, Símbolo DAS-2 de Assessor Parlamentar Adjunto, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir de 1º de novembro do ano em curso.

N.º 542/2014, de 06 de novembro de 2014 e tendo em vista a solicitação do Deputado OTHELINO NETO, **nomeando LEONIDAS JOSÉ RODRIGUES FILHO**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-2 de Assessor Parlamentar Adjunto, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir de 1º de novembro do ano em curso.

N.º 544/2014, de 06 de novembro de 2014 e tendo em vista o que consta do Processo nº 4479/2014-AL., **exonerando, a pedido, HELVES PERICLES NOGUEIRA E SILVA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DANS-3 de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir de 1º de novembro do ano em curso.

N.º 545/2014, de 06 de novembro de 2014, **exonerando MARIA ZULEIDE DA CONCEIÇÃO ROMÃO**, do Cargo em Comissão Símbolo Isolado-1 de Diretor Adjunto de Documentação e Registro, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir de 1º de novembro do ano em curso.

N.º 547/2014, de 06 de novembro de 2014, **exonerando LUIS PAULO SILVA DOS SANTOS**, do Cargo em Comissão Símbolo DAS-3 de Secretário Executivo, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir de 1º de novembro do ano em curso.

N.º 548/2014, de 06 de novembro de 2014, **nomeando FERNANDA MARIA MATOS VIEIRA**, para o Cargo em Comissão Símbolo DAS-3 de Secretário Executivo, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir de 1º de novembro do ano em curso.

N.º 549/2014, de 06 de novembro de 2014, **exonerando, a pedido, ZAIRA ZILYANA DA SILVA ALMEIDA**, do Cargo em Comissão Símbolo DANS-1 de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir de 1º de novembro do ano em curso.

N.º 550/2014, de 06 de novembro de 2014, e tendo em vista a solicitação do Deputado LÉO CUNHA, **exonerando SARA LIMA GONDINHO**, do Cargo em Comissão, Símbolo DANS-2 de Assessor Chefe, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir de 1º de novembro do ano em curso.

N.º 551/2014, de 06 de novembro de 2014, **nomeando SARA LIMA GONDINHO**, para o Cargo em Comissão Símbolo DANS-1 de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir de 1º de novembro do ano em curso.

XI - reassentamento em terras economicamente úteis, de preferência na região e no Município habitados pelas PABs, após a avaliação de sua viabilidade agroeconômica e ambiental pelo Comitê Estadual da PEAB;

XII - formulação e implementação de planos de recuperação e desenvolvimento econômico e social, sem prejuízo das reparações individuais ou coletivas devidas, com o objetivo de recompor ou, se possível, de integrar arranjos e cadeias produtivas locais e regionais que assegurem ocupação produtiva ao conjunto de atingidos, compatíveis com seus níveis de qualificação e experiência profissionais e capazes de proporcionar a manutenção ou a melhoria das condições de vida;

XIII - recebimento individual, por pessoa, família ou organização cadastrada, de cópia de todas as informações constantes a seu respeito, até 30 (trinta) dias após a atualização do cadastramento para fins de reparação; e

XIV - realização de consulta pública da lista de todas as pessoas e organizações cadastradas para fins de reparação, bem como das informações agregadas do cadastro, preservados a intimidade e os dados de caráter privado.

Parágrafo único. As reparações devem reconhecer a diversidade de situações, experiências, vocações e preferências, culturas e especificidades de grupos, comunidades, famílias e indivíduos, bem como contemplar a discussão, a negociação e a aprovação pelo Comitê Estadual da PEAB, e podem ocorrer das seguintes formas:

a) reposição: quando o bem ou a infraestrutura destruída ou a situação social prejudicada são repostos ou reconstituídos;

b) indenização: quando a reparação assume a forma monetária;

c) compensação equivalente: quando são oferecidos outros bens ou outras situações que, embora não reponham o bem ou a situação perdidos, são considerados como satisfatórios em termos materiais ou morais; e

Art. 7º Sem prejuízo do disposto no art. 4º desta Lei e consoante o pactuado no processo de participação informada e negociação do PDPAB no caso concreto, são direitos das PABs que exploram a terra em regime de economia familiar, como proprietário, meeiro ou posseiro, assim como daqueles que não se enquadrem em uma dessas categorias, mas tenham vínculo de dependência com a terra para sua reprodução física e cultural:

a) reparação das perdas materiais, composta do valor da terra, das benfeitorias, da safra e dos prejuízos pela interrupção de contratos;

b) compensação pelo deslocamento compulsório resultante do reassentamento; e

c) compensação pelas perdas imateriais, com o estabelecimento de programas de assistência técnica necessários à reconstituição dos modos de vida e das redes de relações sociais, culturais e econômicas, inclusive as de natureza psicológica, assistencial, agro-nômica e outras cabíveis.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O construtor da barragem será responsável pela aplicação dos direitos previstos nos arts. 6º e 7º desta Lei.

Art. 9º O Comitê Estadual da PEAB deverá estabelecer um plano de comunicação contínuo e eficaz que demonstre a implementação do PDPAB.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 05 DE MAIO DE 2022, 201º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Republicado por Incorreção.

LEI Nº 11.690, DE 11 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES E SERVIDORAS DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos servidores e servidoras do Poder Judiciário do Maranhão reger-se-á por esta Lei, obedecendo às seguintes finalidades básicas:

I - estabelecer um sistema coerente e duradouro do percurso funcional do servidor, vinculado aos objetivos institucionais, obedecidos os critérios de igualdade de oportunidades, do mérito e da qualificação profissional; e

II - elevar o nível de satisfação e de comprometimento dos servidores com os serviços prestados pelo Poder Judiciário à sociedade maranhense.

Art. 2º O Regime Jurídico dos Servidores e Servidoras do Poder Judiciário do Maranhão de que trata este Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos é o instituído pelo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão, (atualmente a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, e suas alterações), observadas as disposições específicas desta Lei.

CAPÍTULO II DOS CONCEITOS BÁSICOS

Art. 3º São considerados fundamentais, para os efeitos desta Lei, os seguintes conceitos básicos:



I - Quadro Único de Pessoal: conjunto de cargos de provimento efetivo, dos cargos dos estáveis e dos cargos de provimento em comissão;

II - Grupo Ocupacional: conjunto de categorias funcionais reunidas segundo a correlação e afinidade existentes entre elas quanto ao grau de conhecimento;

III - Categoria Funcional: conjunto de carreiras agrupadas pela natureza das atividades e pelo grau de conhecimento exigível para o seu desempenho;

IV - Carreira: conjunto de classes da mesma natureza funcional e hierarquizada segundo o grau de responsabilidade e complexidade a elas inerentes, para desenvolvimento do servidor nas classes dos cargos que a integram;

V - Cargo Público: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor;

VI - Classe: conjunto de padrões dos cargos públicos hierarquizados, que representam as perspectivas de desenvolvimento funcional;

VII - Padrão: nível integrante da faixa de vencimento fixado para a classe e atribuído ao ocupante do cargo em decorrência da sua evolução de vencimento.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL

Art. 4º Integram o Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão os cargos de provimento efetivo, os cargos dos estáveis e os de provimento em comissão.

Parágrafo único. O servidor efetivo só poderá ser lotado em gabinete de desembargador para exercer cargo em comissão.

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo são estruturados em Classes e Padrões, nas diversas áreas de atividades, e integram os seguintes Grupos Ocupacionais:

I - Atividades de Nível Superior;

II - Atividades de Nível Médio;

III - Serviços Auxiliares Administrativos;

IV - Atividades de Apoio Operacional;

V - Atividades Judiciárias Especiais.

Art. 6º Os Grupos Ocupacionais referidos no artigo anterior ficam organizados em Categorias Funcionais, Carreiras, Cargos, Classes, Padrão e Qualificação exigida para o ingresso, na forma do Anexo I, desta Lei.

§ 1º A linha de correlação e a área de atuação dar-se-á conforme disposto nos Anexos II e III;

§ 2º As tabelas de vencimentos e quantificação dos cargos ficam definidas nos Anexos IV e V.

§ 3º A quantificação dos cargos por especialidades será definida por resolução do Tribunal de Justiça, de acordo com as necessidades do Poder Judiciário.

Art. 7º Os cargos de provimento em comissão para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento do Poder Judiciário do Estado do Maranhão são classificados da seguinte forma:

I - Cargos de Natureza Especial, simbologia CNES;

II - Cargos de Direção e Assessoramento, simbologia CDGA;

III - Cargos de Direção e Assessoramento Superior, simbologia CDAS;

IV - Cargos de Direção e Assessoramento Intermediário, simbologia CDAI.

§ 1º Ressalvados os casos previstos em legislação específica, são requisitos de escolaridade exigidos para o ingresso nos cargos em comissão do Poder Judiciário do Estado do Maranhão:

I - o nível superior completo ou equivalente para os cargos de simbologia CNES, CDGA e CDAS;

II - o nível médio completo ou equivalente para os cargos de simbologia CDAI.

§ 2º Os vencimentos, quantitativos e as simbologias dos cargos em comissão a que se refere o art. 6º constam do Anexo VI.

Art. 8º Pelo menos 20% (vinte por cento) dos cargos em comissão da área de apoio direto à atividade judicante e 50% (cinquenta por cento) da área de apoio indireto à atividade judicante deverão ser destinados servidores efetivos integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão.

Art. 9º As funções gratificadas, escalonadas de FG01 a FG04, nos quantitativos e valores definidos no Anexo VII, são de exercício exclusivo dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário do Maranhão.

Parágrafo único. Ao servidor efetivo ou estável, no exercício de função gratificada, será atribuída a representação no valor de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo.

CAPÍTULO II DO INGRESSO

Art. 10. O ingresso nos cargos de provimento efetivo do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão dar-se-á no primeiro padrão da classe A do respectivo cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 11. Os requisitos de escolaridade para ingresso nos cargos de provimento efetivo do Poder Judiciário do Maranhão constam do Anexo I, desta Lei.

CAPÍTULO III DA PROGRESSÃO FUNCIONAL E DA PROMOÇÃO

Art. 12. O desenvolvimento do servidor no respectivo cargo efetivo ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.

§ 2º Promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de dois anos em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento oferecido pelo Poder Judiciário, na forma prevista em regulamento, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º Para promoção para a Classe D serão exigidos para os servidores de atividades de nível superior, a conclusão de mestrado ou doutorado, ou ainda, especialização com carga horária superior a duzentas horas, ou também, cursos oferecidos pela Esmam ou pelo Tribunal, que somados cheguem a essa carga horária; para as atividades de nível médio, a conclusão de graduação; e para os servidores de serviços auxiliares e demais atividades operacionais, conclusão do ensino médio.

§ 4º Os padrões são de 1 a 20 divididos igualmente entre as classes A, B, C e D.

§ 5º A variação do vencimento base entre os padrões da mesma classe será de 3% (três por cento) e entre uma classe e outra será de 4% (quatro por cento).

§ 6º O servidor efetivo do Poder Judiciário do Maranhão durante o estágio probatório será objeto de avaliação específica e, quando aprovado, obterá a progressão funcional para o segundo padrão da classe inicial do cargo que ocupa, sendo vedada a progressão funcional do servidor em estágio probatório.

§ 7º Não será considerado como efetivo exercício para fins de progressão ou promoção na carreira do servidor:

- I - licença para tratamento de interesses particulares;
- II - faltas injustificadas;
- III - suspensão disciplinar;
- IV - prisão decorrente de decisão judicial;
- V - licença para tratamento de saúde que, isolada ou cumulativamente, compreenda período superior a um ano;
- VI - a licença para tratamento de saúde em pessoa da família;
- VII - a licença para acompanhar cônjuge;
- VIII - afastamento para a atividade político-partidária; e
- IX - afastamento para o exercício de mandato eletivo.

TÍTULO III DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS

CAPÍTULO I DA REMUNERAÇÃO

Art. 13. A remuneração dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão é composta pelo vencimento básico, acrescida das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecidas em Lei.

Art. 14. A tabela de vencimentos básicos dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão é a constante do Anexo IV desta Lei.

§ 1º Ao servidor efetivo ou estável no exercício de cargo em comissão, além dos vencimentos de seu cargo de origem, será atribuída gratificação de representação equivalente à diferença de vencimento do cargo em comissão e do vencimento do cargo efetivo, acrescida de quarenta por cento do vencimento do cargo efetivo.

§ 2º Quando o vencimento do cargo em comissão for inferior ao vencimento do cargo efetivo, a gratificação de representação será de quarenta por cento do vencimento do servidor.

§ 3º Os servidores que substituírem os titulares dos cargos em comissão ou de funções gratificadas terão direito à percepção de vencimentos nos termos de resolução do Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO II DAS VANTAGENS

Art. 15. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 5% (cinco por cento) a cada cinco anos de efetivo serviço público estadual, observado o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) incidente exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo.

Parágrafo único. O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o quinquênio.

Art. 16. O Adicional de Qualificação - AQ, de caráter permanente, destinado aos servidores dos diversos Grupos Ocupacionais, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos em ações de treinamentos, títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, em áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário a serem estabelecidas em resolução do Tribunal de Justiça.

§ 1º O adicional de que trata este artigo não será concedido quando o curso constituir requisito para ingresso no cargo.

§ 2º Para efeito no disposto neste artigo, serão considerados somente os cursos e as instituições de ensino reconhecidos pelo Ministério da Educação, na forma da legislação em vigor, e da Escola Superior da Magistratura do Maranhão - ESMAM.

§ 3º Serão admitidos cursos de pós-graduação *latu sensu* somente com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

§ 4º O adicional será considerado no cálculo de proventos e das pensões somente se o título ou o diploma forem anteriores à data da inativação.

§ 5º O Adicional de Qualificação (AQ) incidirá sobre o vencimento-base do servidor, da seguinte forma:

- I - 13% (treze por cento), em se tratando de título de Doutor;
- II - 11% (onze por cento), em se tratando de título de Mestre;
- III - 8% (oito por cento), em se tratando de certificado de Especialização;
- IV - 5% (cinco por cento), em se tratando de graduação para os cargos cujo ingresso não exige formação de nível superior;
- V - 1% (um por cento) ao servidor que possuir conjunto de ações de treinamento que totalize, pelo menos, 120 (cento e vinte) horas, observado o limite de 3% (três por cento).

§ 6º O Adicional de Qualificação será devido a partir do dia da apresentação do título, diploma ou certificado.

§ 7º A gratificação de que trata este artigo constitui salário de contribuição para efeito de seguridade social dos servidores do Estado.

§ 8º Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente mais de um percentual dentre os previstos nos incisos I a IV do § 5º.

Art. 17. O Poder Judiciário disporá, por resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal da Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ e anual da Gratificação por Produtividade Judiciária - GPJ, que terão a seguinte composição:

I - 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a título de Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ;

II - em valor fixado por resolução do Tribunal de Justiça sobre percentual do vencimento base do cargo efetivo, a título de Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ, pelo alcance de metas de produtividade fixadas pelo Tribunal de Justiça;

III - em valor fixado por resolução do Tribunal de Justiça sobre percentual do vencimento base do cargo de técnico judiciário, para os cargos comissionados de simbologia CDAI; e do vencimento base do cargo de analista judiciário, para os cargos comissionados de simbologias CDAS, CDGA e CNES; em ambos os casos a título de Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ, pelo alcance de metas de produtividade fixadas pelo Tribunal de Justiça.

§ 1º A opção pela Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ implicará obrigatoriedade ao regime de trabalho presencial de sete horas diárias e à execução de atividades diferenciadas de suas funções.

§ 2º A Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ será paga no ano subsequente à vigência das metas de produtividade, conforme resolução do Tribunal de Justiça após manifestação da Diretoria Financeira sobre a disponibilidade de recursos e impacto orçamentário.

§ 3º É vedada a concessão da Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ sem a prévia fixação de metas e a individualização do limite de servidores que a ela terão direito.

Art. 18. O Poder Judiciário disporá, por resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal de auxílio-alimentação, por dia trabalhado, aos servidores públicos ativos pertencentes ao seu quadro de pessoal, aos requisitados de outros órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal, inclusive policiais e bombeiros militares, e também aos estagiários.

§ 1º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório.

§ 2º O servidor que acumule cargo ou emprego, na forma da Constituição Federal, fará jus à percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção.

§ 3º O auxílio-alimentação não será:

I - incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o plano de seguridade social do servidor público;

III - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.

§ 4º O auxílio-alimentação será custeado com recursos do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, ressalvado o direito de opção pelo órgão ou entidade de origem.

§ 5º O auxílio-alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

§ 6º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de vinte e dois dias.

§ 7º Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos, ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede, desde que devidamente autorizado.

§ 8º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no § 6º.

§ 9º O auxílio de que trata o caput deste artigo não será devido quando o servidor requisitado perceber benefício da mesma natureza custeado pelo órgão de origem.

Art. 19. A assistência à saúde de servidor ativo ou inativo, e de sua respectiva família, que compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda em forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em resolução do Tribunal de Justiça.

§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, ficam os órgãos e entidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, alternativamente, autorizados a:

I - celebrar convênios exclusivamente para a prestação de serviços de assistência à saúde para os seus servidores, ativos e inativos, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares definidos, com entidades de autogestão por elas patrocinadas por meio de instrumentos jurídicos efetivamente na forma da regulamentação específica do órgão regulador sobre patrocínio de autogestões;

II - contratar, mediante licitação, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador;

III - conceder assistência à saúde em forma de auxílio a servidor ou pensionista em valor a ser fixado em resolução do Plenário.

§ 2º O servidor que acumule cargo ou emprego, na forma da Constituição Federal, fará jus à percepção de assistência à saúde, mediante opção.

§ 3º A assistência à saúde em forma de auxílio, de caráter indenizatório, não será:

I - incorporada ao vencimento ou remuneração;

II - configurada como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o plano de seguridade social do servidor público;

III - caracterizada como salário-utilidade ou prestação salarial in natura;

IV - acumulável com outros de espécie semelhante, nem com outro programa de assistência à saúde, custeado integral ou parcialmente pelos cofres públicos, comprovado mediante declaração do titular.

§ 4º O recebimento indevido da assistência à saúde, em forma de auxílio havido por fraude, dolo ou má-fé, implicará devolução ao erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A assistência à saúde, em forma de auxílio, será custeada com recursos do tesouro vinculados ao Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Art. 20. A assistência pré-escolar será devida aos servidores que tenham filhos ou dependentes sob sua guarda ou tutela, na faixa etária compreendida do nascimento aos 6 (seis) anos de idade incompletos.

Parágrafo único. A disciplina e a implantação da assistência pré-escolar serão feitas por Resolução do Tribunal de Justiça.

Art. 21. O servidor custeará o vale-transporte com 0,7% (zero vírgula sete por cento) de seu vencimento-base, cabendo ao Poder Judiciário cobrir o excedente entre esse percentual e sua despesa mensal com transporte.

Art. 22. É facultado ao servidor converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, de acordo com resolução do Plenário.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do *caput* deste artigo, serão considerados apenas os períodos de férias adquiridos a partir da vigência desta Lei, ficando ainda a conversão condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Compete ao Tribunal de Justiça prover os cargos do quadro único de pessoal do Poder Judiciário, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, nomeando-os na ordem de classificação, ressalvados os cargos em comissão.

Art. 24. Os servidores do Poder Judiciário adquirem a estabilidade depois de três anos de efetivo exercício e mediante avaliação procedida por comissão designada pelo Presidente do Tribunal.

Art. 25. Os servidores aposentados farão jus à revisão de proventos para fins de posicionamento na nova estrutura deste Plano, observados os critérios e condições estabelecidos para os servidores em atividade, de acordo com o disposto na Constituição Federal.

Art. 26. A remuneração dos servidores do Poder Judiciário, fixada nesta Lei, sofrerá revisão geral no dia primeiro de janeiro de cada ano, mediante lei específica de iniciativa privativa do Tribunal de Justiça, observando as limitações legais e orçamentárias.

Art. 27. Os percentuais de insalubridade, estabelecidos na Lei nº 9.107/2009, ficam alterados para 10% (dez por cento), 7,5% (sete e meio por cento) e 5% (cinco por cento), para os graus máximo, médio e mínimo respectivamente.

Art. 28. Aplica-se subsidiariamente a esta Lei as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão (atual Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994 e suas alterações).

Art. 29. Fica criada no Tribunal de Justiça a Comissão de Implantação e Avaliação do Plano de Cargos dos Servidores do Poder Judiciário composta por cinco membros: um desembargador, indicado pelo presidente, que a presidirá; o diretor de Recursos Humanos; o diretor Financeiro; e dois representantes dos servidores indicados pelo Sindicato dos Servidores.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 30. Aos servidores dos cargos de provimento efetivo de Auxiliares Judiciários e Auxiliares Operacionais de Serviços Diversos será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), valor que, somado ao vencimento base dos mesmos corresponda a noventa por cento do vencimento base do técnico judiciário.

§ 1º Os servidores estáveis que tenham cargos equivalentes aos servidores referidos no *caput* deste artigo também se aplica o ali disposto.

§ 2º Os cargos referidos no *caput* que estiverem vagos e que vierem a vagar, serão transformados, em cargos em comissão CDAI-3, para assessoramento de magistrados de 1º grau, nos termos da decisão CUMPRDEC 0002210-92.2016.2.00.0000 - TJMA.

Art. 31. As vantagens contempladas nesta Lei que importem em aumento de despesa serão efetivadas no prazo de seis anos.

Art. 32. As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 11 DE MAIO DE 2022, 201º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO

Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil



ANEXO I
ESTRUTURADOS CARGOS

GRUPO OCUPACIONAL	CATEGORIA FUNCIONAL	CARREIRA	CARGO	CLASSE	PADRÃO	QUALIFICAÇÃO EXIGIDA PARA O INGRESSO
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	Atividades Especializadas de Natureza Processual e Administrativa	Serviço Técnico Judiciário	Analista Judiciário	D	20	Graduação em Direito, Administração, Arquivologia, Ciências da Computação, Arquitetura, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, História, Medicina (Especialidade em Cardiologia, Clínica Médica, Pediatria e Psiquiatria), Odontologia, Psicologia, Assistência Social, Biblioteconomia, Ciências Biológicas ou Farmácia (Pós-graduação em Biologia Molecular), Enfermagem, Estatística (ou Matemática com pós-graduação em Estatística), Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa ou Pedagogia.
					19	
					18	
					17	
					16	
				C	15	
					14	
					13	
					12	
					11	
				B	10	
					9	
					8	
					7	
					6	
				A	5	
					4	
					3	
					2	
					1	
	Atividades Especializadas	Serviço Técnico Judiciário	Oficial de Justiça	D	20	Graduação em Direito
					19	
					18	
					17	
					16	
				C	15	
					14	
					13	
					12	
					11	
				B	10	
					9	
					8	
					7	
					6	
				A	5	
					4	
					3	
					2	
					1	
ATIVIDADES JUDICIÁRIAS ESPECIAIS	Atividades Especializadas Especiais	Apoio Técnico Judiciário Especial	Comissário de Justiça da Infância e Juventude	D	20	Nível Médio Completo ou equivalente.
					19	
					18	
					17	
					16	
				C	15	
					14	
					13	
					12	
					11	
				B	10	
					9	
					8	
					7	
					6	



	Atividades Administrativas			A	5	
					4	
					3	
					2	
					1	
				D	20	
					19	
					18	
					17	
					16	
					15	
					14	
				C	13	
					12	
					11	
					10	
					9	
				B	8	
					7	
					6	
					5	
					4	
					3	
				A	2	
					1	
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO	de Natureza Processual e Administrativo	Serviço de Apoio Técnico Processual e Administrativo	Técnico Judiciário			Nível Médio Completo ou equivalente.
					20	
					19	
					18	
				D	17	
					16	
					15	
					14	
					13	
				C	12	
					11	
					10	
					9	
					8	
				B	7	
					6	
					5	
					4	
					3	
				A	2	
					1	
SERVIÇOS AUXILIARES ADMINISTRATIVOS	Atividades Auxiliares	Apoio Judiciário	Auxiliar Judiciário			Nível Fundamental Completo.
					20	
					19	
					18	
				D	17	
					16	
					15	
					14	
					13	
				C	12	
					11	
					10	
					9	
					8	
				B	7	
					6	
					5	
					4	
					3	
				A	2	
					1	
					20	
					19	
					18	
				D	17	
					16	
					15	
					14	
					13	
				C	12	
					11	
ATIVIDADES DE APOIO OPERACIONAL	Atividades Operacionais	Apoio Operacional	Auxiliar de Serviços Operacionais			Nível Fundamental Completo.



					10
					9
					8
				B	7
					6
					5
					4
					3
				A	2
					1

ANEXO II
LINHA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Grupo Ocupacional	Cargo	Grupo Ocupacional	Cargo
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	Analista Judiciário	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	Analista Judiciário
ATIVIDADES JUDICIÁRIAS	Oficial de Justiça		Oficial de Justiça
ATIVIDADES JUDICIÁRIAS ESPECIAIS	Comissário de Justiça da Infância e Juventude	ATIVIDADES JUDICIÁRIAS ESPECIAIS	Comissário de Justiça da Infância e Juventude
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO	Técnico Judiciário	ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO	Técnico Judiciário
CARGOS EFETIVOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL EM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Grupo Ocupacional	Cargo	Grupo Ocupacional	Cargo
SERVIÇOS AUXILIARES ADMINISTRATIVOS	Auxiliar Judiciário	SERVIÇOS AUXILIARES ADMINISTRATIVOS	Auxiliar Judiciário
ATIVIDADES DE APOIO OPERACIONAL	Auxiliar de Serviço Operacional	ATIVIDADES DE APOIO OPERACIONAL	Auxiliar de Serviço Operacional

ANEXO III
ÁREA DE ATUAÇÃO

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE
ANALISTA JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA	Administração, Arquivologia, Arquitetura, Análise de Sistemas - Desenvolvimento, Análise de Sistemas - Suporte de Redes, Assistência Social, Biblioteconomia, Comunicação Social, História, Jornalismo, Publicidade ou Relações Públicas, Ciências Contábeis, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Estatística ou Matemática (com Pós- Graduação em Estatística), Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Pedagogia.
	SAÚDE	Ciências Biológicas, Bioquímica ou Farmácia (com Pós- Graduação na área de Biologia Molecular), Enfermagem, Medicina - Cardiologia, Medicina - Clínica Médica, Medicina – Pediatria e Psiquiatria, Odontologia e Psicologia.
	JUDICIÁRIA	Direito
OFICIAL DE JUSTIÇA	JUDICIÁRIA	Direito



CARGOS DE NÍVEL MÉDIO		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE
TÉCNICO JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA EJUDICIÁRIA	Contabilidade, Edificações, Enfermagem, Informática- Hardware, Informática-Software, Laboratório, Telecomunicações, Apoio Técnico Administrativo.
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	
COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	JUDICIÁRIA	
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE
AUXILIAR JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA EJUDICIÁRIA	Apoio Administrativo, Motorista e Telefonista
AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	ADMINISTRATIVA	Limpeza, Conservação, Jardinagem e Vigilância

**ANEXO IV
TABELA DE VENCIMENTOS**

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO	VPNI
ANALISTA JUDICIÁRIO	D	20	16.669,57	-
		19	16.184,05	-
		18	15.712,67	-
		17	15.255,02	-
		16	14.810,70	-
	C	15	14.241,06	-
		14	13.826,27	-
		13	13.423,56	-
		12	13.032,59	-
		11	12.653,00	-
	B	10	12.166,34	-
		9	11.811,98	-
		8	11.467,94	-
		7	11.133,93	-
		6	10.809,64	-
	A	5	10.393,88	-
		4	10.091,15	-
		3	9.797,23	-
		2	9.511,87	-
		1	9.234,83	-
OFICIAL DE JUSTIÇA	D	20	13.942,41	-
		19	13.536,32	-
		18	13.142,06	-
		17	12.759,28	-
		16	12.387,65	-
	C	15	11.911,20	-
		14	11.564,28	-
		13	11.227,45	-
		12	10.900,44	-
		11	10.582,95	-
	B	10	10.175,91	-
		9	9.879,53	-
		8	9.591,77	-
		7	9.312,40	-
		6	9.041,17	-
	A	5	8.693,43	-



COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE		4	8.440,22	-
		3	8.194,39	-
		2	7.955,72	-
		1	7.724,00	-
	D	20	9.292,17	-
		19	9.021,53	-
		18	8.758,76	-
		17	8.503,65	-
		16	8.255,98	-
	C	15	7.938,44	-
		14	7.707,22	-
		13	7.482,74	-
		12	7.264,80	-
		11	7.053,20	-
	B	10	6.781,92	-
		9	6.584,39	-
		8	6.392,61	-
		7	6.206,42	-
		6	6.025,65	-
	A	5	5.793,89	-
		4	5.625,14	-
		3	5.461,30	-
		2	5.302,23	-
		1	5.147,80	-
TÉCNICO JUDICIÁRIO	D	20	7.955,12	-
		19	7.723,41	-
		18	7.498,46	-
		17	7.280,06	-
		16	7.068,02	-
	C	15	6.796,17	-
		14	6.598,22	-
		13	6.406,04	-
		12	6.219,46	-
		11	6.038,31	-
	B	10	5.806,07	-
		9	5.636,96	-
		8	5.472,78	-
		7	5.313,37	-
		6	5.158,62	-
	A	5	4.960,21	-
AUXILIAR JUDICIÁRIO		4	4.815,74	-
		3	4.675,47	-
		2	4.539,29	-
		1	4.407,08	-
	D	20	6.089,05	1.070,56
		19	5.911,70	1.039,38
		18	5.739,51	1.009,10
		17	5.572,34	979,71
		16	5.410,04	951,18
	C	15	5.201,96	914,59
		14	5.050,45	887,95
		13	4.903,35	862,09
		12	4.760,53	836,98
		11	4.621,87	812,60



	B	10	4.444,11	781,35
		9	4.314,67	758,59
		8	4.189,00	736,50
		7	4.066,99	715,05
		6	3.948,53	694,22
	A	5	3.796,67	667,52
		4	3.686,09	648,08
		3	3.578,72	629,20
		2	3.474,49	610,87
		1	3.373,29	593,08
AUXILIAR DE SERVIÇO OPERACIONAL	D	20	3.843,10	3.316,51
		19	3.731,16	3.219,91
		18	3.622,49	3.126,13
		17	3.516,98	3.035,07
		16	3.414,54	2.946,67
	C	15	3.283,21	2.833,34
		14	3.187,59	2.750,82
		13	3.094,74	2.670,69
		12	3.004,61	2.592,91
		11	2.917,09	2.517,39
	B	10	2.804,90	2.420,56
		9	2.723,20	2.350,06
		8	2.643,88	2.281,61
		7	2.566,88	2.215,16
		6	2.492,12	2.150,64
	A	5	2.396,26	2.067,92
		4	2.326,47	2.007,69
		3	2.258,71	1.949,21
		2	2.192,92	1.892,44
		1	2.129,05	1.837,32

ANEXO V
QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EFETIVO E ESTÁVEIS

EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	708
Oficial de Justiça	674
Comissário de Justiça da Infância e Juventude	65
Técnico Judiciário	1.534
Auxiliar Judiciário	1.274
ESTÁVEIS (Anteriores à CF/88)	QUANTIDADE
Analista Judiciário	19
Técnico Judiciário	66
Oficial de Justiça	25
Comissário de Justiça da Infância e Juventude	10
Auxiliar Judiciário	22

ANEXO VI
CARGOS EM COMISSÃO

CARGO EM COMISSÃO	QUANTIDADE	VENCIMENTO
CNES	1	25.576,04
CDGA	277	22.632,30
CDAS-1	9	16.605,93
CDAS-2	163	13.921,77
CDAS-3	101	11.865,96
CDAS-4	104	10.925,70
CDAS-5	405	10.090,16
CDAI-1	419	7.446,95
CDAI-2	55	5.734,89
CDAI-3	101	3.731,42

**ANEXO VII
FUNÇÕES GRATIFICADAS**

FUNÇÃO GRATIFICADA	QUANTIDADE	VALOR
FG - 01	87	1.152,98
FG - 02	50	1.844,81
FG - 03	51	2.767,23
FG - 04	20	2.945,38

LEI Nº 11.691, DE 11 DE MAIO DE 2022.

Altera os Anexos I e II da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, que reorganizou o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos II e VI da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, passam a vigorar conforme Anexos I e II desta Lei, respectivamente.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria prevista para o orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 11 DE MAIO DE 2022, 201ª DA INDEPENDÊNCIA E 134ª DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO I

(Anexo II da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007)

LINHA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	GRUPO OCUPACIONAL	CARGO
Atividade de Nível Superior - ANS	Analista Judiciário A Analista Judiciário B Analista Judiciário C Administrador Assistente Técnico Assistente Social Bibliotecário Dentista Médico Taquígrafo	Atividade de Nível Superior	Analista Judiciário



LEI Nº 12.457, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024.

Estabelece diretrizes de implementação do sistema de inclusão escolar “ABA” para crianças com autismo nas escolas da rede pública do Estado do Maranhão.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Estabelece diretrizes sobre a implementação, na Rede Estadual de Ensino, do Sistema de Inclusão Escolar baseado na técnica ABA – Análise do Comportamento Aplicada, para crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista – TEA, no âmbito do Estado do Maranhão.

Art. 2º Cada unidade de ensino poderá dispor de profissionais capacitados para a efetiva implementação da técnica ABA – Análise do Comportamento Aplicada.

Parágrafo único. A Secretaria de Educação poderá firmar parcerias com as universidades públicas e/ou privadas para a capacitação de profissionais de diversas áreas que participarão da equipe multidisciplinar especializada no atendimento a alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Art. 3º Os alunos com Transtorno do Espectro Autista serão avaliados por equipe multidisciplinar, incluindo profissionais especializados da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, que avaliarão se há real necessidade de cada indivíduo aderir ao método ABA.

Art. 4º O Poder Executivo poderá avaliar os estabelecimentos que já contam com estrutura física e de pessoal para iniciar gradativamente a implantação do sistema de inclusão escolar baseado na técnica ABA, instituído por esta Lei.

Parágrafo único. Nos casos em que os alunos apresentam uma relação social autônoma ou já possuem outros acompanhamentos pedagógicos ou terapêuticos dentro ou fora do ambiente escolar, a adesão ao Método ABA será facultativa aos pais e/ou responsáveis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 17 DE DEZEMBRO DE 2024, 203º DA INDEPENDÊNCIA E 136º DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

(Originária do Projeto de Lei nº 574/2024, de autoria do Deputado Rafael).

LEI Nº 12.458, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024.

Cria a Função Gratificada Especial (FGE) no quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, extingue a Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ e altera a Lei nº 11.690, de 11 de maio de 2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do art. 9º da Lei nº 11.690, de 11 de maio de 2022 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão), que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º As funções gratificadas, escalonadas de FG-01 a FG-04, nos quantitativos e valores definidos no Anexo VII, e a Função Gratificada Especial (FGE) nos quantitativos definidos no mesmo anexo, são de exercício exclusivo dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo ou estáveis do Poder Judiciário do Maranhão.” (NR)

Art. 2º Ficam alterados o *caput* e o inciso I do art. 17 da Lei nº 11.690, de 11 de maio de 2022 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão), que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. O Poder Judiciário disporá, por meio de resolução, sobre os critérios para exercício de função gratificada especial (FGE) e concessão anual da gratificação por produtividade judiciária (GPJ), obedecendo às seguintes regras:

I - 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, implicando um regime de trabalho de sete horas diárias, para exercício da Função Gratificada Especial (FGE);” (NR)

Art. 3º Fica acrescentado o inciso IV ao art. 17 da Lei nº 11.690, de 11 de maio de 2022 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão), com a seguinte redação:

“Art. 17. (...)

IV - a representação pelo exercício da Função Gratificada Especial (FGE) não será considerada para cálculo de qualquer outra vantagem, inclusive o adicional de férias e a gratificação natalina.”

Art. 4º Fica acrescentado o art. 22-A à Lei nº 11.690, de 11 de maio de 2022 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão), com a seguinte redação:

“Art. 22-A. É facultado ao servidor efetivo ou estável converter em pecúnia até quarenta e cinco dias de licença-prêmio por assiduidade não gozada, por período aquisitivo (quinquênio), condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, de acordo com resolução do Órgão Especial.

Parágrafo único. A indenização de que trata o *caput* somente poderá ser concedida a partir do exercício financeiro subsequente ao da aquisição do direito ao respectivo quinquênio.”

Código	Especificação	Esfera	IRP	Natureza	Fonte	Valor
99.999.9999.9999	Reserva de Contingência					
0001	No Estado do Maranhão	F	2	99.99.99	1.5.00	1.753.196,00
					Subtotal	1.753.196,00
					Total	1.753.196,00